

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG1A1

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A ideia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando pelas diferentes fases da nossa história: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira — moderna, urbanisticamente revolucionária —, que é Brasília.

Yuri Gagarin, o famoso astronauta, disse-me ao ver Brasília pela primeira vez: “A ideia que tenho, presidente, é a de que estou desembarcando em um planeta diferente, que não a Terra”.

De fato, o cenário de Brasília tem aspectos realmente singulares. As cúpulas do Palácio do Congresso, uma côncava e outra convexa; a imponência da Praça dos Três Poderes, refletindo o brilho de suas sucessivas fachadas de vidro; o Palácio do Supremo Tribunal de Justiça, apoiado em alicerces tão tênues que dão a impressão de que o edifício não toca o chão, mas flutua; a beleza do Palácio da Alvorada, concebido em linhas de uma harmonia tão perfeita que o traçado de suas colunas *sui generis* já é motivo ornamental até de certo tipo de louça sofisticada. Tudo ali é diferente, revolucionário. Reflete uma estética urbanística única no mundo. E, sobre o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano, estende-se o infinito do horizonte rasgado do Planalto — um horizonte baixo, que lembra as vastidões marinhas e que, sendo enorme, serve de palco, pela manhã e à tarde, aos mais deslumbrantes jogos de luz de que é capaz a natureza.

Assim é Brasília em uma visão caleidoscópica, sem se recordar o seu todo urbanístico — os blocos residenciais; o Eixo Monumental; a audaciosa torre de telecomunicações com seu restaurante panorâmico; as famosas “quadras” autossuficientes, recordando, em uma feição moderna, as comunidades medievais; e, sobretudo, o lago artificial, com 600 milhões de metros cúbicos de água, dotado de praias, iate clube, barcos a vela e toda natureza de esportes aquáticos.

No mundo existem algumas cidades artificiais, isto é, não nascidas por imposições sociopolíticas, mas erigidas por iniciativa de reis ou de governantes. A construção de todas elas arrastou-se por anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas. Por outro lado, nenhuma delas possui uma história própria — uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico, que

representou sua construção, exibe uma insígnia que lhe empresta importância ímpar, quando posta em comparação com suas congêneres. A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores “espaços vazios” — fossem conquistados. Pode-se dizer assim, e com a maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília.

Juscelino Kubitschek. **Por que construí Brasília.**  
Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (com adaptações).

#### Questão 1

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, o segmento “Como todas as grandes iniciativas” (terceiro período) expressa uma

- A consequência.
- B causa.
- C condição.
- D comparação.
- E circunstância de proporcionalidade.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram uma consequência do surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.\*/

||B|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram a causa do surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.\*/

||C|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram condição para o surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.\*/

||D|| - **Correta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido.\*/

||E|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Não há relação de proporcionalidade no período.\*/

**Questão 2**

Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que é gramaticalmente correta e preserva o sentido do seguinte trecho do texto CG1A1: “sobre o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano” (último período do quarto parágrafo).

- A acima do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- B com relação ao acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- C encima do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- D quanto o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- E acerca do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Correta.** O último período do quarto parágrafo transmite a ideia de que o horizonte do Planalto se estende sobre a paisagem arquitetônica de Brasília, então se trata da localização do horizonte acima/em cima dessa paisagem. A reescrita proposta preserva, portanto, o sentido do texto, bem como está gramaticalmente **correta**, visto que “acima” é sinônimo de “sobre” no caso.\*

||B|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre o” por “com relação ao” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto; trata-se da localização do horizonte acima/em cima dessa paisagem.\*

||C|| - **Incorreta.** O registro “encima” como preposição é incorreto. A forma preposicional **correta** seria “em cima”.\*

||D|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre” por “quanto” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto; além disso, a construção “quanto o” é gramaticalmente **incorreta**.\*

||E|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre o” por “acerca do” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto.\*

**Questão 3**

O objetivo central do texto CG1A1 é

- A classificar os pontos turísticos de Brasília.
- B comprovar a necessidade de criação de uma nova capital federal.
- C comparar diferentes pontos de vista acerca da estética urbanística e arquitetônica de Brasília.
- D abordar, em uma perspectiva pessoal, a história da construção de Brasília e as singularidades dessa cidade.
- E explicar o rápido processo de construção de cidades artificiais como Brasília.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** Embora sejam mencionados alguns locais que hoje são pontos turísticos, não há intenção de classificá-los no texto.\*

||B|| - **Incorreta.** No texto, não há trechos que busquem comprovar a necessidade de criação de Brasília.\*

||C|| - **Incorreta.** O texto não aborda diferentes pontos de vista acerca da estética urbanística e arquitetônica de Brasília, pois se desenvolve exclusivamente a partir da perspectiva do autor acerca da cidade.\*

||D|| - **Correta.** O texto mescla fatos históricos do processo de construção de Brasília e a opinião pessoal do autor acerca das características únicas dessa cidade.\*

||E|| - **Incorreta.** Não é objetivo central do texto explicar o processo de construção de cidades artificiais, embora haja menção a esse tema no último parágrafo.\*

**Questão 4**

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, a forma pronominal empregada em “convertê-la” (último período) retoma

- A “República” (quinto período).
- B “A resposta” (segundo período).
- C “A ideia da interiorização da capital do país” (quarto período).
- D “prolongada hibernação” (último período).
- E “vida” (último período).

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de retomar o termo “República”.\*

||B|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter “A resposta” em realidade.\*

||C|| - **Correta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade.\*

||D|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter a “prolongada hibernação” em realidade.\*

||E|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter a “vida” em realidade.\*

**Questão 5**

No segundo período do quarto parágrafo do texto CG1A1, o sinal de ponto e vírgula, em todas as suas ocorrências,

- A marca subordinação entre orações, a fim de estabelecer uma comparação entre suas ideias.
- B separa trechos coordenados nos quais há subdivisão por vírgula.
- C organiza elementos em uma gradação.
- D tem o mesmo papel do ponto final, porém se diferencia dele por sinalizar pausas mais acentuadas.
- E contribui para a coesão textual ao formar pequenos trechos com os elementos que compõem um sujeito composto.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Os segmentos separados pelo sinal de ponto e vírgula não são orações subordinadas entre si, tampouco há comparação entre suas ideias.\*/

||B|| - **Correta.** As ocorrências de ponto e vírgula, no período em questão, justificam-se para alongar pausas em trechos coordenados em que já existem vírgulas.\*/

||C|| - **Incorreta.** Não há gradação entre os elementos separados pelo ponto e vírgula no período em análise.\*/

||D|| - **Incorreta.** O ponto final marca pausa mais acentuada que a sinalizada pelo ponto e vírgula.\*/

||E|| - **Incorreta.** Os elementos separados por ponto e vírgula não formam um sujeito composto.\*/

### Questão 6

O sentido original e a correção gramatical do trecho “A construção de todas elas arrastou-se por anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas” (segundo período do último parágrafo do texto CG1A1) seriam preservados caso

- Ⓐ a expressão “apesar do” fosse substituída por **mesmo que o**.
- Ⓑ a forma verbal “arrastou” fosse flexionada no plural — **arrastaram**.
- Ⓒ a ênclise do pronome “se” fosse alterada para sua próclise — **se arrastou**.
- Ⓓ a palavra **dela** fosse incluída imediatamente após “algumas”.
- Ⓔ o vocábulo “concluídas” fosse substituído por **concluído**.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A substituição sugerida resultaria em incorreção gramatical porque o trecho “apesar do tempo passado” não constitui uma oração desenvolvida.\*/

||B|| - **Incorreta.** A alteração proposta acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto porque o núcleo do sujeito é termo no singular: “construção”.\*/

||C|| - **Correta.** No período em análise, são opcionais a próclise e a ênclise pronominal.\*/

||D|| - **Incorreta.** O termo está no singular. Assim, a alteração proposta não manteria a correção gramatical do trecho.\*/

||E|| - **Incorreta.** A alteração proposta acarretaria prejuízo à correção gramatical e ao sentido do texto porque o termo “concluídas” funciona como predicativo do sujeito, o qual é feminino plural.\*/

### Questão 7

O quarto e o quinto parágrafos do texto CG1A1 desenvolvem-se com base em sequências tipológicas predominantemente

- Ⓐ narrativas.
- Ⓑ descritivas.
- Ⓒ expositivas.
- Ⓓ injuntivas.
- Ⓔ argumentativas.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente narrativos, já que a narração pressupõe a exposição de acontecimentos no tempo.\*/

||B|| - **Correta.** O quarto e o quinto parágrafos podem ser considerados essencialmente descritivos, já que se organizam em uma ordem linear não obrigatória e têm uma orientação não agentiva e atemporal, particularizando-se o objeto tematizado com base em suas características.\*/

||C|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente expositivos, já que a exposição pressupõe a apresentação de um tema de forma menos pessoal, com o intuito mais específico de informar o leitor.\*/

||D|| - **Incorreta.** Não há sequências injuntivas nos quarto e quinto parágrafos, pois não é dada nenhuma instrução ou ordem ao leitor.\*/

||E|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente argumentativos, já que o foco não está em defender um ponto de vista nesses trechos; o autor utiliza de sequências descritivas nesses parágrafos para a defesa do seu ponto de vista nos demais.\*/

### Questão 8

Acerca de aspectos relativos a formas verbais empregadas no texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

- I No primeiro parágrafo, as formas verbais “surgiu” (terceiro período) e “viera” (quinto período) estão flexionadas nos mesmos tempo e modo verbais, designando ações já concluídas.
- II A forma verbal “aparecera” (último período do primeiro parágrafo) estabelece concordância com o termo “alguém”.
- III No trecho “No mundo existem algumas cidades artificiais” (início do último parágrafo), a substituição de “existem” por **há** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.\*/

||B|| - **Incorreta.** Embora realmente o item III esteja certo, o item II também está, logo o item III não é o único certo.\*/

||C|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.\*/

||D|| - **Correta.** O item II está certo, pois o sujeito gramatical da oração está posposto. O item III também está certo, pois o verbo “haver”, quando na acepção de existir, é impessoal e, portanto, não admite flexão de número, sendo **correta** sua flexão no singular em substituição à forma verbal “existem”.\*/

||E|| - **Incorreta.** Não estão certos todos os itens. O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.\*/

### Questão 9

A respeito do emprego do sinal indicativo de crase no texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- I No trecho “remontando à época da Inconfidência Mineira” (quarto período do primeiro parágrafo), o emprego do acento grave no vocábulo “à” justifica-se pela regência do verbo **remontar** e pelo caráter definido do termo feminino “época”.
- II É facultativo o emprego do acento grave no vocábulo “a” em “a mim” (primeiro período do segundo parágrafo).
- III É obrigatório o uso do acento grave no vocábulo “à” em “à tarde” (último período do quarto parágrafo).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Os itens I e III estão certos.\*/

||B|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”.\*/

||C|| - **Correta.** O item I está certo, pois o verbo **remontar** exige complemento introduzido pela preposição **a**, e sua combinação com o artigo definido feminino **a** gera o fenômeno da crase. O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”. O item III está certo, pois sempre é marcada a crase na expressão adverbial “à tarde”.\*/

||D|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”.\*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.\*/

### Questão 10

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG1A1, o vocábulo “exíguo” está empregado com o mesmo sentido de

- A) difícil.
- B) áureo.
- C) derradeiro.
- D) excelente.
- E) curto.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto não é sinônimo de “difícil”.\*/

||B|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, ao passo que “áureo” diz respeito a algo primoroso, esplêndido, que tem primazia sobre os demais; portanto, tais vocábulos não são sinônimos.\*/

||C|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, ao passo que “derradeiro” corresponde a um último termo numa ordem temporal, algo que não seja sucedido por mais nada; portanto, tais vocábulos não são sinônimos.\*/

||D|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto não é sinônimo de “excelente”.\*/

||E|| - **Correta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto pode ser considerado sinônimo de “curto”, considerados os sentidos do texto.\*/

### Questão 11

Se oito pessoas disputam um prêmio de R\$ 800 que será distribuído igualmente entre cinco dessas pessoas, então o número de maneiras possíveis de se distribuir esse prêmio será igual a

- A) 13.
- B) 40.
- C) 56.
- D) 100.
- E) 160.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||B|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||C|| - **Correta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||D|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||E|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

### Questão 12

Considere que, para determinado planeta, o cubo do raio médio da órbita e o quadrado do período de translação são grandezas diretamente proporcionais. Nesse caso, assumindo que o raio médio da órbita da Terra é de uma unidade astronômica (UA) e o de Marte é de 1,5 UA, assinale a opção cujo intervalo contém, em anos terrestres, o período de translação de Marte ( $t_M$ ).

- A)  $1,0 \leq t_M < 1,5$
- B)  $1,5 \leq t_M < 2,0$
- C)  $2,0 \leq t_M < 2,5$
- D)  $2,5 \leq t_M < 3,0$
- E)  $3,0 \leq t_M < 4,0$

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||B|| - **Correta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

### Questão 13

	A	B	C	D
1	Consumo	jan	fev	mar
2	A	3	5	7
3	B	1	4	6
4				

Considerando a figura precedente, que ilustra parte de uma planilha em edição no MS Excel 365, assinale a opção que apresenta o resultado que será obtido ao se inserir, na célula B4, a fórmula =MÉDIASE(B2:D3;">4").

- A 6  
 B 3  
 C 5,5  
 D 4,3  
 E 22

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A seguir se evidencia o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||B|| - Errada. A seguir se evidencia o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||C|| - Errada. A seguir se evidencia o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||D|| - Errada. A seguir evidencia-se o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||E|| - Errada. A seguir evidencia-se o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

### Questão 14

- Intel Core Ultra 9 185H de 5,1 GHz (turbo) 16 núcleos e cache 24 MB
- 64 GB DDR5 5.600 MHz
- monitor de 16 polegadas (3.840p × 2.400p)
- placa gráfica Nvidia RTX 8GB GDDR6
- SSD 2 TB padrão PCIe NVMe (5.000 Mbps)

Em relação aos itens precedentes, referentes à configuração de determinado computador, é correto afirmar que

- A 5,1 GHz é a frequência que determina a velocidade do processador, medida de acordo com a quantidade de ciclos que o componente consegue realizar a cada segundo.  
 B 16 núcleos é a quantidade de *threads* que o processador pode executar ao mesmo tempo, ou seja, nesse processador podem ser executadas até 16 milhões de instruções em paralelo.  
 C 64 GB DDR5 é a quantidade de armazenamento não volátil do computador.  
 D cache 24 MB é a capacidade total de armazenamento utilizado para realizar *overclock* até o limite dessa capacidade.  
 E 2 TB é a quantidade total de armazenamento no disco magnético do computador.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A frequência de um processador determina a velocidade, conforme a quantidade de ciclos por segundo que o componente consegue realizar.\*/\*

||B|| - Incorreta. São núcleos e não há relação 1 por 1.\*/\*

||C|| - Incorreta. A memória RAM é volátil.\*/\*

||D|| - Incorreta. O termo correto seria “memória cache interna”, e nesse tipo de memória não há relação com o *overclock* do processador.\*/\*

||E|| - Incorreta. O disco de armazenamento utilizado no computador em questão é um SSD, que não armazena dados em disco magnético.\*/\*

### Questão 15

Acerca do relacionamento da CAESB com seu público de interesse, assinale a opção correta de acordo com o Código de Conduta e Integridade da CAESB.

- A No relacionamento com a sociedade, a CAESB deve prestigiar a maximização dos resultados, ainda que em detrimento da sustentabilidade ambiental.  
 B No relacionamento com a comunidade, a CAESB deve agir com responsabilidade social, visando à preservação de valores e patrimônios materiais e imateriais de grupos determinados, e não de indivíduos isoladamente.  
 C A CAESB está isenta da observância dos requisitos regulatórios, uma vez que é sociedade de economia mista sem atuação concorrencial.  
 D A CAESB deve evitar estabelecer relações com entidades e organizações, no intuito de garantir a blindagem contra interesses particulares.  
 E A CAESB reconhece a representatividade legal do sindicato perante os empregados, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da companhia.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “A Caesb tem como princípio fundamental o respeito ao meio ambiente, de modo a promover a sustentabilidade do ciclo do saneamento, atuando na melhoria contínua de seus produtos, processos e serviços, gerindo os impactos potenciais da sua atividade, em conformidade com os requisitos ambientais legais e regulatórios”.\*/\*

||B|| - Incorreta. Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “Em seu relacionamento com a comunidade, a Caesb atua mediante a responsabilidade social, respeitando todos os grupos e indivíduos, seus valores e patrimônios culturais materiais e imateriais”.\*/\*

||C|| - Incorreta. Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “A Caesb tem como princípio fundamental o respeito ao meio ambiente, de modo a promover a sustentabilidade do ciclo do saneamento, atuando na melhoria contínua de seus produtos, processos e serviços, gerindo os impactos potenciais da sua atividade, em conformidade com os requisitos ambientais legais e regulatórios”.\*/\*

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 8, "A Caesb estabelece relações com entidades e organizações, mediante participação e cooperação, apoiando iniciativas que se enquadrem no âmbito das suas atividades, que possam gerar valia para a Companhia e para a sociedade."\*/

||E|| - **Correta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 8, "A Caesb busca o diálogo constante com a entidade sindical, visando relações harmônicas, por meio de uma postura respeitosa, reconhecendo a representatividade legal do sindicato perante os empregados e respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia".\*/

### Questão 16

Com relação às orientações de conduta a serem observadas por administradores e agentes públicos da CAESB, julgue os itens seguintes, de acordo com o Código de Conduta e Integridade da CAESB.

- I É legítimo aos administradores da CAESB, no intuito de fortalecer institucionalmente a companhia, aliciar seus subordinados a filiarem-se a associação profissional ou sindical.
- II É vedado aos agentes públicos da CAESB o exercício de qualquer outra atividade profissional além daquela regularmente exercida na companhia.
- III É dever dos administradores e dos agentes públicos manter-se atualizados sobre a legislação e outras normas relativas ao desempenho de suas respectivas atribuições.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item III está certo, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB: "Para a Caesb, são deveres dos administradores e agentes públicos: 4.2.2 Manter-se atualizado sobre a legislação e demais normas relativas ao desempenho de suas atribuições;" (p. 10).\*/

||B|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.8 Exercer atividade profissional incompatível com os termos deste Código ou associar o seu nome a empreendimento de natureza duvidosa;" (p. 10). Assim, não é qualquer atividade profissional que é vedada, razão pela qual o item está errado.\*/

||C|| - **Correta.** Apenas o item III está certo.

O item I está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.5 Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional/sindical ou a partido político;" (p. 10).

O item II está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.8 Exercer atividade profissional incompatível com os termos deste Código ou associar o seu nome a empreendimento de natureza duvidosa;" (p. 10). Assim, não é qualquer atividade profissional que é vedada, razão pela qual o item está errado.

O item III está certo, conforme previsto no Código de Conduta e

Integridade da CAESB: "Para a Caesb, são deveres dos administradores e agentes públicos: 4.2.2 Manter-se atualizado sobre a legislação e demais normas relativas ao desempenho de suas atribuições;" (p. 10).\*/

||D|| - **Incorreta.** Os itens I e II estão errados.\*/

||E|| - **Incorreta.** O item I está errado.\*/

### Questão 17

A respeito das orientações a serem observadas no exercício da atividade profissional, à luz do Código de Conduta e Integridade da CAESB, assinale a opção correta.

- Ⓐ Incluem-se entre as vedações ao nepotismo a nomeação, a designação e a contratação de empregados ocupantes de cargo ou emprego de provimento efetivo.
- Ⓑ Não caracteriza uso indevido dos bens da CAESB a utilização, para fins particulares, de bem ou recurso da companhia, desde implique benefício também para a companhia.
- Ⓒ Integrante da alta administração da CAESB pode exercer, de maneira não remunerada, encargo de mandatário somente se essa atribuição não resultar na prática de atos empresariais ou de outros encargos incompatíveis com o exercício do cargo ou da função.
- Ⓓ É considerado vantagem de natureza indevida, em qualquer circunstância, o recebimento de ingressos para participação em atividades, *shows* e eventos.
- Ⓔ A instalação de *software* em computadores da CAESB prescinde do aval da área de tecnologia.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "Não se incluem nas vedações do artigo anterior as nomeações, designações e contratações: 4.7.6.1 de empregados ocupantes de cargo ou emprego de provimento efetivo, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do empregado;" (p. 17).\*/

||B|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São situações que caracterizam o uso indevido dos bens da Companhia: 4.5.1 Utilizar qualquer bem ou recurso da Caesb para fins particulares ou que não sejam diretamente ligados ao negócio da Companhia;" (p. 15).\*/

||C|| - **Correta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função;" (p. 20).\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida: 4 Ingressos para participação em atividades, *shows*, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que ajustados em contrapartida de contrato administrativo ou convênio" (p. 13).\*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São situações que caracterizam o uso indevido dos bens da Companhia: 4.5.4 Instalar *software* nos computadores da Caesb sem a permissão da área de tecnologia;" (p. 15).\*/

**Questão 18**

A Superintendência de Engenharia da CAESB pretende contratar uma empresa para executar a ampliação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), cujo projeto básico já define com precisão todas as etapas e quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual.

Considerando a situação hipotética apresentada, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação da empresa deverá ser realizada por meio do regime de

- Ⓐ empreitada por preço unitário, pois a contratação envolve grande volume de serviços com variação de quantitativos dos itens a serem orçados.
- Ⓑ contratação integrada, pois a CAESB tem como propósito a inovação tecnológica e o repasse integral dos riscos de sua atividade.
- Ⓒ empreitada por preço global, pois o projeto básico permite a fixação prévia das quantidades dos serviços e do valor total da contratação.
- Ⓓ contratação semi-integrada, pois a contratação visada exige tão somente a realização do projeto básico, dispensando a elaboração e o desenvolvimento de projeto executivo.
- Ⓔ contratação por tarefa, pois a contratação visada envolve a realização de serviço técnico comum e por preço certo.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, I, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação por regime de empreitada por preço unitário é utilizada quando os quantitativos têm imprecisão, o que não ocorre no caso.\*

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, VI, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação integrada é indicada para projetos com inovação tecnológica e anteprojeto, não para projetos básicos definidos.\*

||C|| - **Correta.** Conforme art. 19, II, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a empreitada por preço global é adequada quando o projeto básico permite boa precisão nas quantidades de serviços e definição do valor total da contratação.\*

||D|| - **Incorreta.** Conforme art. 19, V, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação semi-integrada exige possibilidade de inovação técnica, o que não é mencionado no caso.\*

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, III, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), o regime de contratação por tarefa é indicado para serviços técnicos de curta duração, não para grandes obras como ampliação de ETE.\*

**Questão 19**

Durante a fase de análise das propostas para a contratação de uma empresa especializada na elaboração de estudos hidrológicos para uma nova adutora de água, a equipe de licitação da CAESB identificou que a empresa Alpha, uma das empresas proponentes, tem entre seus sócios um engenheiro que participou da elaboração do projeto básico da referida licitação.

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), que

- Ⓐ a participação da empresa Alpha no procedimento licitatório será permitida, desde que o engenheiro não tenha assinado o projeto básico da referida licitação.
- Ⓑ a participação da empresa Alpha no procedimento licitatório será admitida caso a proposta técnica seja avaliada como a mais vantajosa.

- Ⓒ a empresa Alpha poderá participar do procedimento licitatório, desde que ofereça preço inferior à média das demais concorrentes.
- Ⓓ a empresa Alpha poderá ser mantida no certame se comprovar experiência prévia em projetos semelhantes.
- Ⓔ a empresa Alpha estará impedida de participar do procedimento licitatório, pois há conflito de interesse pela atuação prévia de um dos seus sócios no projeto básico.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O impedimento independe da assinatura formal; basta a participação na elaboração do projeto básico, conforme art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).\*

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. A avaliação da proposta técnica não afasta a vedação prevista expressamente no regulamento.\*

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. Não há exceção baseada na oferta de preço mais baixo. A vedação é objetiva e independe de valores ofertados.\*

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. Experiência técnica não supre o impedimento previsto no art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).\*

||E|| - **Correta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico.\*

**Questão 20**

A Superintendência de Suprimentos da CAESB pretende contratar empresa especializada na manutenção preventiva de bombas submersas. Durante a fase preparatória da contratação, o responsável pela pesquisa de preços pretende utilizar dados disponíveis em *sites* de intermediação de vendas e *marketplaces*, que indicam valores médios abaixo daqueles que foram praticados no último contrato.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, de acordo com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).

- Ⓐ Os dados de *sites* de intermediação de vendas e *marketplaces* podem ser utilizados como referência, desde que compatíveis com valores históricos de contratações da própria CAESB.
- Ⓑ O uso de preços de *marketplaces* é válido apenas para contratações emergenciais.
- Ⓒ A pesquisa de preços deve ser realizada com base, entre outros critérios, em consultas formais junto a fornecedores, sendo vedado o uso de *sites* de leilão e de intermediação de vendas.
- Ⓓ As médias obtidas em *marketplaces* podem ser utilizadas, desde que haja três fontes distintas e registro da data de acesso.
- Ⓔ Para serviços de manutenção, é obrigatória a utilização exclusiva de contratos anteriores da própria CAESB.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O RILC não permite o uso de *marketplaces*, mesmo que compatíveis com históricos internos de contratação.\*/

||B|| - **Incorreta.** Não há exceção para uso de *sites* de leilão ou intermediação de vendas em caráter emergencial no RILC.\*/

||C|| - **Correta.** Conforme art. 11, *caput* e § 1.º, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), veda-se expressamente o uso de *sites* de leilão ou de intermediação de vendas. As fontes válidas para esse tipo de pesquisa são: pesquisa junto a fornecedores; pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo; preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo DF e demais entes públicos; e indicadores.\*/

||D|| - **Incorreta.** Ainda que haja data registrada e várias fontes, o uso de *sites* de intermediação de vendas é vedado, conforme art. 11, §1º, Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).\*/

||E|| - **Incorreta.** O uso exclusivo de contratos anteriores da CAESB não é exigido nem é suficiente para a realização de pesquisa de preços na contratação, já que o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC) exige pesquisa ampla e atualizada.\*/

**▼ Questão 21**

Com base na Lei n.º 11.445/2007, a associação voluntária entre entes federativos por meio de consórcio público ou convênio de cooperação para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, atendidos os requisitos legais, é denominada

- A serviços públicos de saneamento básico de interesse local.
- B gestão associada.
- C sistema condominial.
- D serviços públicos de saneamento básico de interesse regional.
- E unidade regional de saneamento básico.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso XV do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, os serviços públicos de saneamento básico de interesse local constituem as funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único município.

“Art. 3.º [...]”

XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único município;

[...]”\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso VI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a prestação regionalizada – e não os serviços públicos de saneamento básico de interesse regional – é a modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um município.

“Art. 3.º [...]”

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

[...]”\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso XVI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, o sistema condominial representa a rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento.

“Art. 3.º [...]”

XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário,

assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento;

[...]”\*/

||D|| - **Correta.** De acordo com o inciso II do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, para prestação de serviços públicos de saneamento básico, atendidos os requisitos legais, é denominada gestão associada.

“Art. 3.º [...]”

II - gestão associada: associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

[...]”\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com a alínea b) do inciso VI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a unidade regional de saneamento básico é a unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos.

“Art. 3.º [...]”

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

[...]”

b) unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos;[...]”\*/

**▼ Questão 22**

Assinale a opção correta acerca dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com base na Lei n.º 14.026/2020.

- A A integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos constitui um dos princípios dos serviços públicos de saneamento básico.
- B A reservação de água bruta e o transporte dos esgotos sanitários são exemplos de atividades relacionadas aos serviços públicos de abastecimento de água.
- C A coleta e a destinação final de resíduos domésticos, incluída a ligação predial dos esgotos sanitários, são atividades concernentes aos serviços públicos de tratamento de esgoto.
- D No caso de região integrada de desenvolvimento, a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico prescinde da anuência dos municípios que a integram.
- E É admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios, que podem prestar o serviço aos seus consorciados de forma indireta, por meio da instituição de autarquia intermunicipal.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Correta.** De acordo com o inciso II do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos constitui um dos princípios dos serviços públicos de saneamento básico.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 2.º [...] XII — integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos [...]”\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com os artigos 3.º-A e 3.º-B (revisados) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a reservação de água bruta é uma das atividades relacionadas aos serviços públicos de abastecimento de água. Já o transporte dos esgotos sanitários é uma das atividades relacionadas aos serviços públicos de esgotamento sanitário.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º-A Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluídos eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a essa finalidade, as seguintes atividades:

I - reservação de água bruta;

[...]

Art. 3.º-B Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por I (uma) ou mais das seguintes atividades:

[...]

II - transporte dos esgotos sanitários;

[...]”\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com os artigos 3.º-B e 3.º-C (revisados) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a destinação final de resíduos domésticos é uma atividade relacionada aos serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos das atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem e tratamento, inclusive por compostagem. Por sua vez, a coleta dos esgotos sanitários, incluída a ligação predial, é uma atividade concernente aos serviços públicos de tratamento de esgoto.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º-B Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por I (uma) ou mais das seguintes atividades:

I - coleta, incluída ligação predial, dos esgotos sanitários;

[...]

Art. 3.º-C Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:

I - resíduos domésticos;

[...]”\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o parágrafo 5.º do artigo 3.º (revisado) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, no caso de região integrada de desenvolvimento, a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos municípios que a integram.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º [...]

§ 5.º No caso de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos Municípios que a integram.

[...]”\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso I do parágrafo 1.º do artigo 8.º (revisado) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, é admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios,

que podem prestar o serviço aos seus consorciados diretamente – e não indiretamente –, pela instituição de autarquia intermunicipal.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 8.º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

§ 1.º O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I - fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

[...]”\*/

### Questão 23

Com base na Resolução ADASA n.º 14/2011, julgue os itens seguintes, acerca das condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

- I A apuração do volume a ser faturado é feita com base na média aritmética do consumo medido nos últimos seis meses, quando houver perda ou imprecisão dos dados coletados.
- II Nos casos de interrupções programadas pela necessidade de efetuar reparos em sistemas, as informações a serem comunicadas pelo prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário resumem-se a localidade, descrição do evento, data e horário previstos para a regularização dos serviços.
- III No caso de revenda ou abastecimento de água a terceiros, o prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário pode suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água ao usuário.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item III está certo.\*/

||B|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.\*/

||C|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.\*/

||D|| - **Correta.** Apenas o item III está certo.

I Errado. A apuração do volume a ser faturado é feita com base na média aritmética do consumo medido nos últimos doze meses, quando houver perda ou imprecisão dos dados coletados (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 92, § 3.º, inciso I).

II Errado. Nos casos de interrupções programadas pela necessidade de efetuar reparos em sistemas, as informações a serem comunicadas pelo prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário não se resumem em: localidade, descrição do evento e data e horário previstos para a regularização dos serviços. Há outras informações a serem prestadas: área afetada, estimativa de usuários afetados, data e horário do evento, entre outros (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 120, incisos I e II).

III Certo. No caso de revenda ou abastecimento de água a terceiros, o prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário pode suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água ao seu usuário (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 121, inciso VI).\*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.\*/

**Questão 24**

Um dos fatores favoráveis para a determinação do sítio para construção de Brasília consistiu

- A** na topografia de vales encaixados.
- B** nas rochas firmes profundas.
- C** nos solos pouco drenados.
- D** nas áreas com barreiras físicas.
- E** em altitudes de cerca de mil metros.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** Topografia de vales encaixados são aquelas que apresentam declividade acima de 45%. O sítio estabelecido para a implantação da cidade deveria apresentar topografia suave, com declividade próxima a 8%.\*

**B** - **Incorreta.** As rochas deveriam ser firmes e estar na superfície para que se evitassem muitas escavações para implantação da estrutura.\*

**C** - **Incorreta.** O solo deveria ser bem drenado para garantir abastecimento de água.\*

**D** - **Incorreta.** O sítio escolhido deveria estar livre de barreiras físicas, tais como serras.\*

**E** - **Correta.** O sítio escolhido para a implantação da nova capital do Brasil deveria apresentar uma altitude aproximada de 1000 metros.\*

**Questão 25**

A concepção e o projeto da Torre de TV de Brasília, monumento emblemático construído na década de 60, é de autoria de

- A** Bernardo Sayão.
- B** Oscar Niemeyer.
- C** Israel Pinheiro.
- D** Lúcio Costa.
- E** Ernesto Silva.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** A concepção e o projeto da Torre de TV são de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**B** - **Incorreta.** Apesar das inúmeras obras creditadas a Oscar Niemeyer em Brasília, a Torre de TV de TV é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**C** - **Incorreta.** A concepção e o projeto da Torre de TV são de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**D** - **Correta.** Conforme a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a Torre de TV de Brasília é de autoria do arquiteto Lúcio Costa.\*

**E** - **Incorreta.** A Torre de TV de TV é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**Questão 26**

O eixo 2 do Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (PDPM) refere-se à educação para a igualdade. Um dos objetivos dessa temática é

- I aumentar o número de cursos, palestras e treinamentos para a formação e a profissionalização de mulheres.
- II garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com atenção aos grupos com baixa escolaridade.
- III promover o acesso e a permanência de mulheres na educação formal, ao longo da vida, para fortalecer a formação e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho e à sua autonomia econômica.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** O item II está certo.\*

**B** - **Incorreta.** O item I está errado, pois aumentar o número de cursos, palestras e treinamentos para a formação e a profissionalização de mulheres é uma meta do eixo 1.\*

**C** - **Correta.** O item II está certo, pois, conforme o eixo 2 da PDPM, um dos objetivos é garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com especial atenção aos grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, rurais e em situação de prisão).\*

**D** - **Incorreta.** O item III está errado, pois promover o acesso e a permanência de mulheres na educação formal, ao longo da vida, para fortalecer a formação e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho e à sua autonomia econômica é um objetivo específico do eixo 1 – igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica do PDPM.\*

**E** - **Incorreta.** Apenas o item II está certo.\*

**Questão 27**

Com base na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens a seguir.

- I A aplicação da Lei Maria da Penha pressupõe coabitação entre o agressor e a vítima.
- II No âmbito da assistência à mulher em situação de violência doméstica, é legítimo ao juiz, quando aquela for servidora pública da administração direta ou indireta, franquear o acesso prioritário à remoção.
- III Os mecanismos de segurança disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas, em caso de perigo iminente, devem ter os custos ressarcidos pelo agressor.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.\*

**B** - **Incorreta.** A opção considera como certo apenas o item II, e ao julgar os itens da questão, estão certos os itens II e III.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”.\*

**C** - **Incorreta.** O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”\*/

||D|| - **Correta**. Estão certos os itens II e III.

O item II está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §2.º, inciso I:

“Art. 9.º §2.º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]”

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;”

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”\*/

||E|| - **Incorreta**. Estão certos apenas os itens II e III.

O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”

O item II está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §2.º, inciso I:

“Art. 9.º §2.º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]”

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;”

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”\*/

### Questão 28

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), assinale a opção correta.

- A** O descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha é punível com pena de reclusão e multa.
- B** Nos atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar não precisa estar obrigatoriamente acompanhada de advogado.
- C** A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos na Lei Maria da Penha é atribuição exclusiva do Ministério Público.
- D** Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- E** Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher são competentes para processar pretensão relativa à partilha de bens da ofendida.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta**. Conforme previsão da Lei n.º 11.340/2006, art. 24-A:

“Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta lei: (Incluído pela Lei n.º 13.641, de 2018) Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n.º 14.994, de 2024).”\*/

||B|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 27:

“Art. 27 Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta lei.”\*/

||C|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 37:

“Art. 37 A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.”\*/

||D|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 17:

“Art. 17 É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.”\*/

||E|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 14-A, §1.º:

“Art. 14- A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 1.º Exclui-se da competência dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.”\*/

### Questão 29

Com base na Lei Maria da Penha, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- A** A ausente relação duradoura de afeto afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha.
- B** A aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres em situação de violência doméstica leva em conta, exclusivamente, o critério biológico, razão pela qual a lei não se aplica às mulheres transexuais.
- C** A aplicação do sistema protetivo da Lei Maria da Penha prescinde da demonstração específica da subjugação feminina.
- D** Para que uma lesão corporal no ambiente doméstico praticada contra uma mulher seja enquadrada na Lei Maria da Penha, é necessária a demonstração da motivação de gênero.
- E** As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha devem ser aplicadas com a fixação de prazo certo de validade.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta**. Conforme divulgado no informativo n.º 824 do STJ, “o fato de não haver relação duradoura de afeto não afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha”.\*/

||B|| - **Incorreta**. Conforme jurisprudência do STJ, no informativo de edição extraordinária n.º 18, da Lei n.º 11.340/2006 é aplicável a mulheres transexuais em situação de violência doméstica.\*/

||C|| - **Correta**. Conforme edição extraordinária n.º 18 do informativo do STJ, “É desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha.”\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme jurisprudência do STJ, “A orientação mais condizente com o espírito da Lei n.º 11.340/2006 é no sentido de que a vulnerabilidade e a hipossuficiência da mulher são presumidas, sendo desnecessária a demonstração da motivação de gênero para que incida o sistema protetivo da Lei Maria da Penha e a competência da vara especializada.”\*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme decidido no Tema n.º 1249 dos recursos repetitivos, as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, aplicadas pelo juiz quando há risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher, não devem ter prazo fixo de duração. \*/

### **Questão 30**

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- A** O governo do Distrito Federal possui competência para efetuar desapropriações de bens destinados a uso comum ou especial, em áreas urbanas e rurais, quando for necessário à execução dos sistemas de abastecimento de água, circunstância na qual não haverá direito de indenização por benfeitorias e cessões dos titulares de arrendamento ou concessão de uso.
- B** O conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona, deve ser estabelecido no âmbito da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- C** O instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos do Distrito Federal é o plano de desenvolvimento local.
- D** O plano de desenvolvimento local deve ser elaborado pelo Poder Executivo, para um período de 5 anos, e pode ser submetido a revisão anual, por iniciativa exclusiva do Poder em questão.
- E** A elaboração do plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal, diferentemente da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos planos de desenvolvimento local, admite a participação popular.

### **||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no art. 313 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Art. 313. É dever do Governo do Distrito Federal, nos termos de sua competência e em caso de utilidade pública e interesse social, efetuar desapropriações de bens destinados a uso comum ou especial, em áreas urbanas e rurais, assegurado o direito de indenização por benfeitorias e cessões dos titulares de arrendamento ou concessão de uso, quando for necessário à execução dos sistemas de abastecimento de água, energia elétrica, esgotos sanitários, controle de poluição, proteção a recursos hídricos e criação ou expansão de loteamentos urbanos.”\*/

||B|| - **Correta.** Conforme previsto no §2.º do art. 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“§2.º A Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelecerá, ainda, o conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona.”\*/

||C|| - **Incorreta.** Conforme previsto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Art. 316. O Distrito Federal terá, como instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos, o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal e, como instrumentos complementares, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os planos de desenvolvimento local.”\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no §4.º do art. 319 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“§4.º Os Planos de Desenvolvimento Local serão elaborados pelo Poder Executivo, para o período de 5 (cinco) anos, passíveis de revisão a cada ano, por iniciativa do Poder Executivo ou por iniciativa popular, mediante lei complementar específica, desde que comprovado o interesse público. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 49 de 28/9/2007)”\*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme previsto no parágrafo único do art. 321 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Parágrafo único. É garantida a participação popular nas fases de elaboração, aprovação, implementação, avaliação e revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos Planos de Desenvolvimento Local. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 49 de 28/09/2007)”\*/

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 31**

Julgue se cada item a seguir descreve corretamente uma função básica da administração de materiais.

- I Garantir a aquisição de produtos de menor preço, independentemente da qualidade ou necessidade de organização.
- II Planejar, controlar e distribuir os recursos de forma eficiente, atendendo às necessidades da organização com o menor custo e melhor qualidade.
- III Focar exclusivamente na gestão patrimonial, garantindo o controle absoluto do acervo de bens imóveis e móveis da organização.
- IV Priorizar o consumo imediato dos materiais, dispensando qualquer tipo de armazenamento ou controle de estoque.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- E Apenas os itens I, III e IV estão certos.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Correta. O item I está errado. A função da administração de materiais não só focaliza o menor preço, mas sim um conjunto de fatores (planejar, controlar, distribuir etc.). O item II está certo. De fato, a administração de materiais necessita de todos esses fatores para atender às necessidades da organização. O item III está errado por afirmar o foco exclusivamente na gestão patrimonial.\*/

||B|| - Incorreta. O item I está errado. A função da administração de materiais não só focaliza o menor preço, mas sim um conjunto de fatores (planejar, controlar, distribuir etc.). O item II está certo. De fato, a administração de materiais necessita de todos esses fatores para atender às necessidades da organização. O item III está errado por afirmar o foco exclusivamente na gestão patrimonial.\*/

||C|| - Incorreta. O item I está errado. A função da administração de materiais não só focaliza o menor preço, mas sim um conjunto de fatores (planejar, controlar, distribuir etc.). O item II está certo. De fato, a administração de materiais necessita de todos esses fatores para atender às necessidades da organização. O item III está errado por afirmar o foco exclusivamente na gestão patrimonial.\*/

||D|| - Incorreta. O item I está errado. A função da administração de materiais não só focaliza o menor preço, mas sim um conjunto de fatores (planejar, controlar, distribuir etc.). O item II está certo. De fato, a administração de materiais necessita de todos esses fatores para atender às necessidades da organização. O item III está errado por afirmar o foco exclusivamente na gestão patrimonial.\*/

||E|| - Incorreta. O item I está errado. A função da administração de materiais não só focaliza o menor preço, mas sim um conjunto de fatores (planejar, controlar, distribuir etc.). O item II está certo. De fato, a administração de materiais necessita de todos esses fatores para atender às necessidades da organização. O item III está errado por afirmar o foco exclusivamente na gestão patrimonial.\*/

**Questão 32**

Julgue os itens seguintes acerca das interações da área de administração de materiais com as outras áreas da organização.

- I A área de administração de materiais contribui para o planejamento da produção garantindo o abastecimento de insumos necessários no momento certo.
- II A gestão de materiais não interage com a área financeira, por esta trabalhar exclusivamente com questões de fluxo de caixa e receitas.
- III A área de vendas fornece informações significativas à administração de materiais, contribuindo para o planejamento de compras e a gestão do estoque.
- IV A interação entre o setor de administração de materiais e a área de produção visa evitar interrupções no processo produtivo devido à falta de recursos.
- V O setor de administração de materiais é responsável apenas pela armazenagem dos itens adquiridos, não tendo influência sobre decisões estratégicas de organização.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e V.
- C I, III e IV.
- D II, IV e V.
- E III, IV e V.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. O item I está certo. O setor de materiais garante que os insumos estejam disponíveis no momento certo, o que é essencial para o planejamento e execução da produção. O item II está errado. A gestão de materiais impacta diretamente a área financeira, pois envolve custos de aquisição, armazenamento e controle de estoques. O item III está certo. A gestão de vendas fornece informações primordiais para que a administração de materiais possa planejar suas compras e a gestão do estoque. Tendo essas informações é possível saber quais produtos estão vendendo, ficando assim mais fácil decidir o que deve ser comprado. O item IV está certo. A interação entre os materiais e a produção busca garantir que não ocorram paradas no processo produtivo por falta de insumos. O item V está errado. O setor de materiais não armazena apenas itens, mas também desempenha um papel estratégico, influenciando decisões relacionadas à eficiência operacional e redução de custos.\*/

||B|| - Incorreta. O item I está certo. O setor de materiais garante que os insumos estejam disponíveis no momento certo, o que é essencial para o planejamento e execução da produção. O item II está errado. A gestão de materiais impacta diretamente a área financeira, pois envolve custos de aquisição, armazenamento e controle de estoques. O item III está certo. A gestão de vendas fornece informações primordiais para que a administração de materiais possa planejar suas compras e a gestão do estoque. Tendo essas informações é possível saber quais produtos estão vendendo, ficando assim mais fácil decidir o que deve ser comprado. O item IV está certo. A interação entre os materiais e a produção busca garantir que não ocorram paradas no processo produtivo por falta de insumos. O item V\*/

||C|| - Correta. O item I está certo. O setor de materiais garante que os insumos estejam disponíveis no momento certo, o que é essencial para o planejamento e execução da produção. O item II está errado. A gestão de materiais impacta diretamente a área financeira, pois envolve custos de aquisição, armazenamento e controle de estoques. O item III está certo. A gestão de vendas fornece informações primordiais para que a administração de materiais possa planejar suas compras e a gestão do estoque. Tendo essas informações é possível saber quais produtos estão vendendo, ficando assim mais fácil decidir o que deve ser comprado. O item IV está certo. A interação entre os materiais e a produção busca garantir que não ocorram paradas no processo produtivo por falta de insumos. O item V\*/

||D|| - Incorreta. O item I está certo. O setor de materiais garante que os insumos estejam disponíveis no momento certo, o que é essencial para o planejamento e execução da produção. O item II está errado. A gestão de materiais impacta diretamente a área financeira, pois envolve custos de aquisição, armazenamento e controle de estoques. O item III está certo. A gestão de vendas fornece informações primordiais para que a administração de materiais possa planejar suas compras e a gestão do estoque. Tendo essas informações é possível saber quais produtos estão vendendo, ficando assim mais fácil decidir o que deve ser comprado. O item IV está certo. A interação entre os materiais e a produção busca garantir que não ocorram paradas no processo produtivo por falta de insumos. O item V\*/

||E|| - Incorreta. O item I está certo. O setor de materiais garante que os insumos estejam disponíveis no momento certo, o que é essencial para o planejamento e execução da produção. O item II está errado. A gestão de materiais impacta diretamente a área financeira, pois envolve custos de aquisição, armazenamento e controle de estoques. O item III está certo. A gestão de vendas fornece informações primordiais para que a administração de materiais possa planejar suas compras e a gestão do estoque. Tendo essas informações é possível saber quais produtos estão vendendo, ficando assim mais fácil decidir o que deve ser comprado. O item IV está certo. A interação entre os materiais e a produção busca garantir que não ocorram paradas no processo produtivo por falta de insumos. O item V\*/

### Questão 33

Assinale, entre as opções seguintes, a que apresenta corretamente a definição de estoque de produtos em processo.

- A É composto por materiais prontos para a venda, armazenados em estoque final, aguardando a entrega ao cliente.
- B Corresponde a materiais que ainda não foram entregues pelo fornecedor e não passaram por etapa de produção, sendo considerados como matérias-primas.
- C É formado por todos os materiais em uso no processo de fabricação, os quais, geralmente, constituem-se em produtos parcialmente acabados em algum estágio intermediário de produção.
- D Envolve exclusivamente os produtos acabados e com avarias, não vendidos, mas prontos a serem enviados ao cliente.
- E Representa os itens devolvidos pelos clientes, que passam por inspeção e reutilização no processo produtivo.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A descrição apresentada refere-se ao estoque de produtos acabados, que já passaram por todas as etapas de produção e estão prontos para serem comercializados. Não corresponde ao estoque de produtos em processo.\*/

||B|| - Incorreta. A descrição apresentada refere-se ao estoque de matérias-primas, que inclui os insumos básicos ainda não usados na produção. Os produtos em processo já estão em estágios intermediários de fabricação.\*/

||C|| - Correta. Essa é a definição exata do estoque de produtos em processo. Ele representa os materiais que estão em uso na linha de produção, mas ainda não foram completamente transformados em produtos acabados.\*/

||D|| - Incorreta. A descrição apresentada refere-se ao estoque de produtos acabados, e não aos produtos em processo, que ainda estão em fabricação.\*/

||E|| - Incorreta. A descrição apresentada refere-se ao conceito de logística reversa ou reaproveitamento de produtos, mas não diz respeito ao estoque de produtos em processo, que são aqueles em fase de produção.\*/

### Questão 34

No âmbito de suas múltiplas funções, o planejamento de estoques deve ser continuamente atualizado e deve ter a flexibilidade necessária para se adaptar às mudanças do mercado. Nesse contexto, julgue se cada item seguinte apresenta um objetivo da gestão de estoque.

- I Garantir o fornecimento de materiais e insumos necessários ao processo de fabricação.
- II Prevenir condições de falta ou excesso de estoque em relação à demanda de vendas.
- III Fornecer dados concretos para o planejamento de curto, médio e longo prazo das necessidades de estoque.
- IV Manter os custos de estoque nos níveis mais baixos possíveis, considerando volumes de vendas, prazos e recursos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item I está certo. Este é um dos objetivos principais do planejamento e controle de estoques, garantindo que a produção ou os serviços não sejam interrompidos por falta de suprimentos. O item II está certo. Este objetivo visa garantir que o estoque seja mantido em níveis ideais, evitando problemas de indisponibilidade ou acúmulo de itens que possam gerar custos adicionais. O item III está certo. O planejamento e o controle de estoques fornecem dados fundamentais para a previsão de demandas e o alinhamento com os objetivos organizacionais em diferentes horizontes de tempo. O item IV está certo. Um dos principais objetivos do controle de estoques é minimizar custos, a fim de garantir que o capital investido em estoques seja o menor possível, sem comprometer o atendimento às demandas.\*/

||B|| - Incorreta. O item I está certo. Este é um dos objetivos principais do planejamento e controle de estoques, garantindo que a produção ou os serviços não sejam interrompidos por falta de suprimentos. O item II está certo. Este objetivo visa garantir que o estoque seja mantido em níveis ideais, evitando problemas de indisponibilidade ou acúmulo de itens que possam gerar custos adicionais. O item III está certo. O planejamento e o controle de estoques fornecem dados fundamentais para a

previsão de demandas e o alinhamento com os objetivos organizacionais em diferentes horizontes de tempo. O item IV está certo. Um dos principais objetivos do controle de estoques é minimizar custos, a fim de garantir que o capital investido em estoques seja o menor possível, sem comprometer o atendimento às demandas.\* /

||C|| - Incorreta. O item I está certo. Este é um dos objetivos principais do planejamento e controle de estoques, garantindo que a produção ou os serviços não sejam interrompidos por falta de suprimentos. O item II está certo. Este objetivo visa garantir que o estoque seja mantido em níveis ideais, evitando problemas de indisponibilidade ou acúmulo de itens que possam gerar custos adicionais. O item III está certo. O planejamento e o controle de estoques fornecem dados fundamentais para a previsão de demandas e o alinhamento com os objetivos organizacionais em diferentes horizontes de tempo. O item IV está certo. Um dos principais objetivos do controle de estoques é minimizar custos, a fim de garantir que o capital investido em estoques seja o menor possível, sem comprometer o atendimento às demandas.\* /

||D|| - Incorreta. O item I está certo. Este é um dos objetivos principais do planejamento e controle de estoques, garantindo que a produção ou os serviços não sejam interrompidos por falta de suprimentos. O item II está certo. Este objetivo visa garantir que o estoque seja mantido em níveis ideais, evitando problemas de indisponibilidade ou acúmulo de itens que possam gerar custos adicionais. O item III está certo. O planejamento e o controle de estoques fornecem dados fundamentais para a previsão de demandas e o alinhamento com os objetivos organizacionais em diferentes horizontes de tempo. O item IV está certo. Um dos principais objetivos do controle de estoques é minimizar custos, a fim de garantir que o capital investido em estoques seja o menor possível, sem comprometer o atendimento às demandas.\* /

||E|| - Correta. O item I está certo. Este é um dos objetivos principais do planejamento e controle de estoques, garantindo que a produção ou os serviços não sejam interrompidos por falta de suprimentos. O item II está certo. Este objetivo visa garantir que o estoque seja mantido em níveis ideais, evitando problemas de indisponibilidade ou acúmulo de itens que possam gerar custos adicionais. O item III está certo. O planejamento e o controle de estoques fornecem dados fundamentais para a previsão de demandas e o alinhamento com os objetivos organizacionais em diferentes horizontes de tempo. O item IV está certo. Um dos principais objetivos do controle de estoques é minimizar custos, a fim de garantir que o capital investido em estoques seja o menor possível, sem comprometer o atendimento às demandas.\* /

### Questão 35

Informações quantitativas e qualitativas são essenciais para definição do processo de previsão de demanda. Nesse sentido, julgue se cada item seguinte apresenta um exemplo de informação quantitativa.

- I evolução das vendas ao longo do tempo
- II variações decorrentes da situação econômica
- III crescimento populacional
- IV opinião de especialistas sobre tendências futuras

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. O item I está certo. A evolução das vendas ao longo do tempo é um dado quantitativo, pois se refere a registros históricos de vendas, medidos em números ao longo do tempo. O item II está certo. Variações decorrentes da situação econômica são um fator quantitativo, pois consideram dados objetivos, como taxas de inflação, PIB e indicadores econômicos que impactam a demanda. O item III está certo. O crescimento populacional é calculado por meio de números, como taxas de natalidade, migração e censos demográficos, sendo uma informação quantitativa. O item IV está errado. A opinião dos especialistas é um dado qualitativo, baseado em julgamentos subjetivos, e não se enquadra como informação quantitativa. \* /

||B|| - Incorreta. O item I está certo. A evolução das vendas ao longo do tempo é um dado quantitativo, pois se refere a registros históricos de vendas, medidos em números ao longo do tempo. O item II está certo. Variações decorrentes da situação econômica são um fator quantitativo, pois consideram dados objetivos, como taxas de inflação, PIB e indicadores econômicos que impactam a demanda. O item III está certo. O crescimento populacional é calculado por meio de números, como taxas de natalidade, migração e censos demográficos, sendo uma informação quantitativa. O item IV está errado. A opinião dos especialistas é um dado qualitativo, baseado em julgamentos subjetivos, e não se enquadra como informação quantitativa. \* /

||C|| - Incorreta. O item I está certo. A evolução das vendas ao longo do tempo é um dado quantitativo, pois se refere a registros históricos de vendas, medidos em números ao longo do tempo. O item II está certo. Variações decorrentes da situação econômica são um fator quantitativo, pois consideram dados objetivos, como taxas de inflação, PIB e indicadores econômicos que impactam a demanda. O item III está certo. O crescimento populacional é calculado por meio de números, como taxas de natalidade, migração e censos demográficos, sendo uma informação quantitativa. O item IV está errado. A opinião dos especialistas é um dado qualitativo, baseado em julgamentos subjetivos, e não se enquadra como informação quantitativa. \* /

||D|| - Incorreta. O item I está certo. A evolução das vendas ao longo do tempo é um dado quantitativo, pois se refere a registros históricos de vendas, medidos em números ao longo do tempo. O item II está certo. Variações decorrentes da situação econômica são um fator quantitativo, pois consideram dados objetivos, como taxas de inflação, PIB e indicadores econômicos que impactam a demanda. O item III está certo. O crescimento populacional é calculado por meio de números, como taxas de natalidade, migração e censos demográficos, sendo uma informação quantitativa. O item IV está errado. A opinião dos especialistas é um dado qualitativo, baseado em julgamentos subjetivos, e não se enquadra como informação quantitativa. \* /

||E|| - Incorreta. O item I está certo. A evolução das vendas ao longo do tempo é um dado quantitativo, pois se refere a registros históricos de vendas, medidos em números ao longo do tempo. O item II está certo. Variações decorrentes da situação econômica são um fator quantitativo, pois consideram dados objetivos, como taxas de inflação, PIB e indicadores econômicos que impactam a demanda. O item III está certo. O crescimento populacional é calculado por meio de números, como taxas de natalidade, migração e censos demográficos, sendo uma informação quantitativa. O item IV está errado. A opinião dos especialistas é um dado qualitativo, baseado em julgamentos subjetivos, e não se enquadra como informação quantitativa. \* /

**Questão 36**

Acerca da classificação de bens patrimoniais, assinale a opção correta.

- A Envolve materiais permanentes e bens imóveis.
- B Abarca apenas equipamentos, como máquinas operatrizes e veículos.
- C Abrange somente os prédios e terrenos, excluindo jazidas e equipamentos.
- D Abrange ferramentas especiais e móveis, sem considerar outras classificações.
- E Envolve exclusivamente os bens móveis, como computadores e caldeiras.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - Correta. Essa classificação está de acordo com a literatura da área, que explica que os bens patrimoniais podem ser categorizados em equipamentos (como máquinas, caldeiras e veículos) e em prédios, terrenos e jazidas (como edifícios e instalações prediais).\*/

||B|| - Incorreta. A literatura da área menciona que os bens patrimoniais também incluem prédios, terrenos e jazidas, não sendo restritos a equipamentos.\*/

||C|| - Incorreta. A classificação inclui tanto equipamentos quanto prédios, terrenos e jazidas, conforme a literatura da área.\*/

||D|| - Incorreta. Ferramentas especiais e móveis são exemplos de equipamentos, mas a classificação vai além disso, incluindo prédios, terrenos e jazidas.\*/

||E|| - Incorreta. Os bens patrimoniais também contemplam bens imóveis.\*/

**Questão 37**

Acerca do conceito de patrimônio imobilizado, assinale a opção correta.

- A É constituído pelos bens móveis e consumíveis, como materiais de escritório e estoque de produtos acabados.
- B É formado pelos recursos financeiros disponíveis em contas bancárias para uso imediato.
- C É formado pelos bens tangíveis e intangíveis que são utilizados nas operações da organização e possuem vida útil prolongada.
- D É constituído pelos produtos destinados à venda imediata, como mercadorias em estoque.
- E É formado pelos materiais de curta permanência em estoque, como insumos e suprimentos complementares.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - Incorreta. Materiais de escritório e estoque são considerados bens de consumo ou bens circulantes, não pertencentes ao patrimônio imobilizado.\*/

||B|| - Incorreta. Recursos financeiros são classificados como ativo circulante e não como patrimônio imobilizado.\*/

||C|| - Correta. O patrimônio imobilizado é constituído por bens que não são destinados à venda, mas sim ao uso nas atividades da organização, como máquinas, equipamentos, edificações e até ativos intangíveis, como patentes e direitos autorais, desde que contribuam diretamente para as operações e tenham vida útil prolongada.\*/

||D|| - Incorreta. Mercadorias em estoque fazem parte do ativo circulante, pois são bens destinados à comercialização e não ao uso permanente.\*/

||E|| - Incorreta. Insumos e materiais distribuídos são classificados como ativos circulantes ou de consumo, já que possuem vida útil curta e não são incorporados como bens permanentes.\*/

**Questão 38**

Assinale, entre as opções apresentadas a seguir, a que melhor descreve a função do almoxarifado nas organizações.

- A O almoxarifado é responsável apenas pela armazenagem de produtos acabados, sem envolvimento nas etapas anteriores de produção.
- B O almoxarifado serve apenas para armazenar materiais obsoletos, que estão aguardando sua destinação final.
- C O almoxarifado realiza exclusivamente a distribuição de materiais para os clientes, sem interagir com outros setores da empresa.
- D O almoxarifado é o local onde os materiais são recebidos, armazenados, controlados e distribuídos, conforme a demanda da organização.
- E O almoxarifado gerencia o estoque de produtos acabados prontos para a venda, sem se preocupar com as matérias-primas ou produtos em processo.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - Incorreta. O almoxarifado não se limita a produtos acabados. Ele lida também com matérias-primas e produtos em processo, sendo responsável por todas as etapas de armazenagem e controle de materiais dentro da organização.\*/

||B|| - Incorreta. O almoxarifado tem como função principal o armazenamento de materiais que estão em uso no processo produtivo, e não apenas materiais obsoletos. Seu objetivo é garantir a disponibilidade de insumos essenciais para a operação da empresa.\*/

||C|| - Incorreta. O almoxarifado pode distribuir materiais para setores internos da organização, como produção e manutenção, mas não é responsável pela distribuição direta para os clientes. Isso geralmente fica a cargo de outras áreas, como logística ou vendas.\*/

||D|| - Correta. O almoxarifado é responsável por gerenciar o fluxo de materiais desde o recebimento até a distribuição, passando pelo armazenamento e pelo controle. Ele garante que os materiais estejam disponíveis para a produção e outras áreas conforme necessário.\*/

||E|| - Incorreta. O almoxarifado também gerencia o estoque de matérias-primas e produtos em processo, não se limitando aos produtos acabados. Ele lida com todos os materiais necessários para o funcionamento da organização.\*/

**Questão 39**

Assinale a opção correta acerca das atividades típicas da seção de compras de uma organização.

- A A seção de compras se limita à análise de mercado e à negociação de contratos, não sendo responsável pelo acompanhamento do recebimento de materiais ou pela escolha de fontes de fornecimento.
- B A seção de compras realiza apenas a pesquisa de mercado e a seleção de fornecedores, não envolvendo-se na efetuação das encomendas ou no acompanhamento do recebimento de materiais.
- C As atividades da seção de compras incluem pesquisa de mercado, análise de custos, negociação de contratos, conferência de requisições, efetuação de encomendas e acompanhamento do recebimento de materiais.
- D A seção de compras é responsável somente pela análise dos materiais necessários, sem envolvimento nas atividades de negociação ou aquisição dos itens.
- E A seção de compras se ocupa exclusivamente da negociação com fornecedores e do controle financeiro das compras, não sendo responsável pela pesquisa ou pela aquisição de materiais.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. A seção de compras realiza diversas atividades, como o acompanhamento do recebimento de materiais e o desenvolvimento de fontes de fornecimento, além da negociação de contratos e análise de mercado.\* /

||B|| - Incorreta. A seção de compras tem um papel mais amplo, abrangendo desde a pesquisa de mercado até a efetuação das encomendas e o acompanhamento do recebimento dos materiais.\* /

||C|| - Correta. A opção descreve de forma precisa as atividades típicas da seção de compras, que incluem pesquisa de mercado, análise de custos, negociação, conferência de requisições, efetuação das encomendas e acompanhamento do recebimento de materiais.\* /

||D|| - Incorreta. Além da análise de materiais necessários, a seção de compras é também responsável pela negociação, aquisição e acompanhamento de todo o processo de compra.\* /

||E|| - Incorreta. Embora a negociação seja uma função importante, a seção de compras também é responsável pela pesquisa de mercado, análise de materiais, conferência de requisições, e o acompanhamento do recebimento de materiais, além da aquisição.\* /

**▼ Questão 40**

Assinale a opção correta acerca do cadastro de imóveis no sistema informacional de cadastro e registro de bens imóveis (SPIU).

- A Cada unidade gestora que utiliza o imóvel deve ter uma utilização específica cadastrada no sistema SPIU.
- B O sistema SPIU permite o compartilhamento de imóveis entre unidades gestoras sem a necessidade de detalhamento individual.
- C O cadastro no SPIU exige que o imóvel seja dividido fisicamente entre as unidades gestoras antes de ser registrado.
- D A administração pública deve simplificar o cadastro, agrupando todas as unidades gestoras sob uma única utilização do imóvel, sem a necessidade do cadastro no SPIU.
- E O SPIU não é projetado para registrar imóveis compartilhados entre diferentes unidades gestoras.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Correta. O SPIU exige que, para cada unidade gestora que utiliza o imóvel, seja registrada uma utilização específica. Isso permite um controle mais detalhado e transparente do uso do patrimônio público.\* /

||B|| - Incorreta. O SPIU não dispensa o detalhamento das utilizações, mesmo que o imóvel seja compartilhado. Cada unidade gestora precisa ter seu uso devidamente registrado.\* /

||C|| - Incorreta. O SPIU não exige a divisão física do imóvel para fins de registro, mas sim a criação de utilizações distintas para cada unidade gestora que compartilha o bem.\* /

||D|| - Incorreta. Apesar da necessidade de eficiência administrativa, o SPIU exige o detalhamento individual de utilizações para garantir um controle preciso e transparente do uso do imóvel.\* /

||E|| - Incorreta. O SPIU é projetado para lidar com situações de compartilhamento de imóveis, mas exige que cada unidade gestora tenha sua utilização cadastrada separadamente.\* /

**▼ Questão 41**

Acerca dos critérios de departamentalização, assinale a opção correta.

- A O critério do cliente deve ser evitado quando a organização atende a diferentes tipos de clientes com necessidades muito distintas.
- B Quando se usa o critério geográfico de departamentalização, cada unidade de trabalho é dividida de acordo com o critério de produto ou serviço.
- C A departamentalização por produtos facilita a comunicação e a coordenação entre os diferentes departamentos.
- D A departamentalização funcional atribui a cada uma das unidades de trabalho a responsabilidade por uma função organizacional.
- E A organização por áreas do conhecimento promove a concentração de pessoas com as mesmas competências e eleva os custos a longo prazo.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. O critério do cliente é apropriado quando a organização atende a diferentes tipos de clientes, com necessidades muito distintas, ou quando os clientes são iguais, mas têm necessidades diferentes. Esse tipo de departamentalização é uma forma segura de garantir a satisfação dos clientes.\* /

||B|| - Incorreta. Quando se usa o critério geográfico de departamentalização, cada unidade de trabalho corresponde a um território (ou pedaço do mapa). O critério geográfico ou territorial (ou regional) pode ser utilizado quando a organização opera em uma área grande, ou em locais diferentes, e em cada local é necessário disponibilizar um certo volume de recursos ou uma certa autonomia. Desde que seja possível promover algum tipo de agregação de recursos ou de clientes, de acordo com sua proximidade dentro dos territórios, o critério geográfico torna-se a base da divisão do trabalho.\* /

||C|| - Incorreta. Organização por produto: quando a empresa trabalha com vários produtos ou serviços, que apresentam diferenças importantes entre si, pode ser melhor administrá-los individualmente. Essa escolha resulta em uma estrutura organizacional em que a responsabilidade é dividida usando o produto ou serviço como critério. Cada unidade de trabalho, conseqüentemente, tem responsabilidade e autoridade sobre um grupo de operações ou sobre a totalidade das operações relativas a um produto ou serviço. A estrutura pode dificultar a comunicação e a coordenação entre os diferentes departamentos, o que pode levar a conflitos de interesses e falta de integração.\* /

||D|| - Correta. A departamentalização funcional consiste em atribuir a cada uma das unidades de trabalho a responsabilidade por uma função organizacional — operações, *marketing*, finanças, recursos humanos e assim por diante. Em uma estrutura organizacional dividida segundo o critério funcional, há um administrador principal que comanda o conjunto todo, e logo abaixo, cada integrante do primeiro escalão hierárquico é responsável por uma função específica: produção, vendas, finanças e assim por diante.\* /

||E|| - Incorreta. A organização por áreas do conhecimento (ou organização por disciplinas) promove a concentração de pessoas com as mesmas competências e que normalmente têm interesses similares de estudo e ensino, o que facilita o desenvolvimento da competência técnica e a acumulação de conhecimentos. A organização por áreas do conhecimento é muito frequentemente usada no primeiro nível hierárquico. Esse é o caso das universidades e institutos de pesquisa. A especialização tende a reduzir custos, pois os funcionários podem realizar suas tarefas de forma mais eficiente e com menos erros.\* /

**Questão 42**

A função administrativa por meio da qual as atividades a serem realizadas são desenhadas e os resultados a serem obtidos são fixados é denominada de

- A organização.
- B planejamento.
- C direção.
- D controle.
- E avaliação.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. Organização: trata-se da função pela qual se organizam os recursos disponíveis para que tudo aquilo que foi planejado possa ser executado.\*/\*

||B|| - Correta. Planejamento: trata-se da função por meio da qual as atividades a serem realizadas são desenhadas e os resultados a serem obtidos são fixados. Essa função define os objetivos da organização e os caminhos para alcançá-los, bem como estabelece estratégias e metas.\*/\*

||C|| - Incorreta. Direção: trata-se da função de dirigir a execução dos trabalhos que foram planejados, para que os objetivos da organização possam ser atingidos.\*/\*

||D|| - Incorreta. Controle: trata-se da função administrativa na qual os resultados obtidos pela organização/direção são analisados em função daquilo que havia sido planejado.\*/\*

||E|| - Incorreta. Avaliação: trata-se da função na qual se avalia a eficácia e eficiência do processo organizacional como um todo, de modo a identificar pontos fortes e fracos para promover melhorias contínuas.\*/\*

**Questão 43**

Assinale a opção correta no que se refere à gestão de processos organizacionais.

- A Os processos primários são multifuncionais, pois são usados para medir, monitorar e controlar atividades de negócios.
- B A cadeia de valor de processos de negócio tem o papel de mapear os processos sem determinar, especificamente, como serão medidos os resultados.
- C Os processos de gestão conferem valor diretamente aos clientes e garantem que a organização opere com eficiência e eficácia.
- D A modelagem de processos tem como objetivo melhorar a compreensão do funcionamento de uma organização, bem como utilizar e explicitar o conhecimento adquirido e a experiência para aplicações futuras.
- E Os mapas de processos são menos precisos que os diagramas na representação visual do fluxo de um processo.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. Os processos primários são processos ponta a ponta, multifuncionais, que direcionam as entregas de valor aos clientes. Processos primários são também denominados processos de núcleo, pois representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. Eles constituem a cadeia de valor que cada etapa soma à etapa precedente, medida pela sua contribuição para a criação ou entrega de um produto ou serviço aos clientes. Quanto aos processos de gestão, pode-se entender que são usados para medir, monitorar e controlar atividades de negócios.\*/\*

||B|| - Incorreta. A cadeia de valor de processos de negócio da empresa descreve uma forma de focar a cadeia de processos que fornece valor ao cliente. Cada uma dessas atividades tem seus próprios objetivos de desempenho conectados aos processos de negócio de origem. Os processos primários podem fluir por meio das funções da organização, dos departamentos ou até mesmo por entre empresas e fornecem uma visão completa do valor criado. As atividades principais são aquelas envolvidas na criação física do produto ou do serviço, por meio das ações de *marketing*, e que transferem para o comprador e para o suporte de pós-venda o denominado valor adicionado.\*/\*

||C|| - Incorreta. Os processos de gestão são usados para medir, monitorar e controlar atividades de negócios e garantem que um processo primário ou um processo de suporte atinjam metas operacionais, financeiras, reguladoras e legais. Esses processos não conferem valor diretamente aos clientes, mas são necessários a fim de garantir que a organização opere com eficiência e eficácia. A partir do alinhamento dos conceitos de classificação de processos, apresenta-se o desenvolvimento da modelagem.\*/\*

||D|| - Correta. Entende-se por modelagem de processos a identificação, o mapeamento, a análise e o redesenho dos processos. Os objetivos da modelagem de processo são: compreender melhor o funcionamento de uma organização; usar e explicitar o conhecimento adquirido e a experiência para usos futuros (lições aprendidas); otimizar o fluxo de informações; reestruturar, controlar e coordenar a organização (aspectos funcional, comportamental, estrutural, entre outros). A modelagem de processos ganha importância pela sua função de registro, padronização e documentação histórica da organização, pelo fato de o aprendizado ser construído com base em conhecimentos e experiências passados.\*/\*

||E|| - Incorreta. Os mapas de processos são mais precisos do que os diagramas, e a tendência é adicionar mais detalhes não apenas sobre o processo, mas também sobre os relacionamentos mais importantes com outros elementos, como atores, eventos e resultados. O mapeamento de processos, por exemplo, busca detalhar cada etapa, os atores envolvidos, os eventos e os resultados, de modo a fornecer uma visão mais completa e detalhada do fluxo de trabalho. Um diagrama, por outro lado, costuma apresentar uma visão mais geral, focar nos principais elementos e deixar de lado detalhes menos relevantes, para facilitar a compreensão rápida do processo.\*/\*

**Questão 44**

São características da fase de iniciação de um projeto

- A o equacionamento e a definição do problema, bem como a determinação de objetivos e metas a serem alcançados.
- B a avaliação da viabilidade de atingimento dos objetivos e a estruturação do sistema de comunicação e de decisão a ser adotado.
- C o treinamento dos envolvidos no projeto e a definição do gerente do projeto.
- D a elaboração da memória técnica do projeto, bem como de relatórios, e a transferência dos resultados do projeto.
- E a identificação dos *stakeholders* e a estruturação analítica do projeto.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - Correta. São características da fase de iniciação do ciclo de vida de um projeto: a identificação e a tradução de necessidades e/ou oportunidades; a identificação dos *stakeholders*; o equacionamento e a definição do problema; a determinação de objetivos e metas a serem alcançados; a análise do ambiente do problema, das potencialidades e dos recursos disponíveis; a avaliação da viabilidade de atingimento dos objetivos.\*/

||B|| - Incorreta. São características da fase de planejamento: o detalhamento das metas e objetivos a serem alcançados (avaliação da viabilidade de atingimento dos objetivos), com base na proposta aprovada; a definição do gerente do projeto; o detalhamento das atividades e a estruturação analítica do projeto (o que inclui a estruturação do sistema de comunicação e de decisão a ser adotado); a programação das atividades no tempo disponível e(ou) necessário e o treinamento dos envolvidos no projeto.\*/

||C|| - Incorreta. São características da fase de planejamento: o detalhamento das metas e objetivos a serem alcançados, com base na proposta aprovada; a definição do gerente do projeto; o detalhamento das atividades e a estruturação analítica do projeto; a programação das atividades no tempo disponível e/ou necessário e o treinamento dos envolvidos no projeto.\*/

||D|| - Incorreta. São características da fase de conclusão do projeto: a aceleração das atividades que, eventualmente, não tenham sido concluídas; a realocação dos recursos humanos do projeto para outras atividades ou projetos; a elaboração da memória técnica do projeto; a elaboração de relatórios e a transferência dos resultados do projeto.\*/

||E|| - Incorreta. São características da fase de planejamento: o detalhamento das metas e objetivos a serem alcançados, com base na proposta aprovada; a definição do gerente do projeto; o detalhamento das atividades e a estruturação analítica do projeto; a programação das atividades no tempo disponível e/ou necessário e o treinamento dos envolvidos no projeto.\*/

**Questão 45**

A respeito do planejamento estratégico, é correto afirmar que

- A o ambiente interno da empresa envolve o público interno, representado pelos colaboradores e fornecedores.
- B a definição da missão refere-se às decisões relacionadas ao(s) setor(es) em que a organização atua e(ou) pretende atuar.
- C os planos de ação tratam do detalhamento do processo de planejamento estratégico por meio do desdobramento em atividades de natureza tática e operacional.
- D a visão, também chamada de razão de ser ou propósito fundamental, expressa o verdadeiro motivo pelo qual uma organização existe.
- E a análise externa visa identificar forças e fraquezas da organização, de modo a possibilitar a tomada de decisões estratégicas com base em um entendimento mais profundo de seus pontos fortes e fracos.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - Incorreta. O ambiente interno da empresa envolve o público interno, representado pelos colaboradores. É este público quem garante a qualidade das atividades da empresa, as quais devem estar devidamente integradas e motivadas aos propósitos da organização. O ambiente externo, também denominado de microambiente ou ambiente operacional, por estar próximo da empresa e de suas atividades, deve manter um certo nível de relacionamento empresarial.\*/

||B|| - Incorreta. A definição do negócio refere-se às decisões relacionadas com o(s) setor(es) em que a organização atua e/ou pretende atuar, com foco na busca de oportunidades em áreas específicas dentro deste(s) setor(es).\*/

||C|| - Correta. Os planos de ação tratam do detalhamento do processo de planejamento estratégico por meio do desdobramento em atividades de natureza tática e operacional. Desse modo, procura-se traduzir e moldar decisões estratégicas em planos concretos, capazes de serem entendidos e executados dentro de uma linguagem mais detalhada e específica.\*/

||D|| - Incorreta. A missão, também chamada de razão de ser ou de propósito fundamental, expressa o verdadeiro motivo pelo qual uma organização existe. Assim, para que a empresa possa ser declarada, além de ter definido o(s) seu(s) negócio(s), a empresa deve identificar os sujeitos (clientes e/ou usuários) para os quais os benefícios oferecidos devem ser dirigidos.\*/

||E|| - Incorreta. A análise dos fatores externos consiste na identificação de oportunidades e ameaças que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de ação, com a finalidade de precaver-se contra as ameaças, antes que se tornem problemas, e de tirar o máximo possível de proveito das oportunidades oferecidas pelo meio externo.\*/

**Questão 46**

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar a capacidade de atingir os objetivos propostos são os de

- A eficiência.
- B efetividade.
- C economicidade.
- D satisfação.
- E eficácia.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - Incorreto. Indicadores de eficiência medem a relação entre os recursos utilizados e os resultados alcançados.\*/

||B|| - Incorreto. Indicadores de efetividade avaliam o impacto das ações na sociedade.\*/

||C|| - Incorreto. Indicadores de economicidade verificam se os recursos são utilizados de forma otimizada.\*/

||D|| - Incorreto. Indicadores de satisfação do cliente medem o nível de satisfação dos clientes com produtos, serviços e atendimento.\*/

||E|| - Correta. Os indicadores de eficácia avaliam a capacidade de atingir os objetivos propostos.\*/

**Questão 47**

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma convergência entre a gestão pública e a gestão privada.

- A foco no bem-estar social, na prestação de serviços à população e no cumprimento de leis e políticas públicas
- B influência de legislações, processos burocráticos e necessidade de transparência e *accountability* perante a sociedade
- C flexibilidade e orientação direta para o mercado e autonomia para tomar decisões rápidas
- D geração de valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente
- E objetivo principal centrado no alcance da eficiência, da eficácia e da satisfação dos *stakeholders*

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. A maior diferença está nos objetivos e nas prioridades. A gestão pública tem como foco o bem-estar social, a prestação de serviços à população e o cumprimento de leis e políticas públicas. Já a gestão privada prioriza o lucro, a competitividade e a satisfação dos clientes.\*/

||B|| - Incorreta. A gestão pública é influenciada por legislações, processos burocráticos e necessidade de transparência e *accountability* perante a sociedade. A gestão privada, por sua vez, costuma ser mais flexível e orientada ao mercado, com maior autonomia para tomada rápida de decisões.\*/

||C|| - Incorreta. Outra diferença importante é o ambiente de atuação: a gestão pública é influenciada por legislações, processos burocráticos e a necessidade de transparência e *accountability* perante a sociedade. A gestão privada, por sua vez, costuma ser mais flexível e orientada ao mercado, com maior autonomia para tomar decisões rápidas.\*/

||D|| - Incorreta. As organizações privadas buscam o lucro financeiro e formas de garantir a sustentabilidade dos negócios. A administração pública busca gerar valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista a obrigação de utilizar os recursos de forma eficiente.\*/

||E|| - Correta. Tanto na gestão pública quanto na privada, o objetivo principal é alcançar eficiência, eficácia e satisfação dos *stakeholders*. Ambas buscam otimizar recursos, melhorar processos e alcançar resultados positivos, seja para a sociedade ou para os acionistas. Além disso, tanto a gestão pública como a privada podem usar ferramentas de planejamento, controle e avaliação de desempenho para melhorar suas operações.\*/

**Questão 48**

O paradigma do cliente na gestão pública representa uma mudança de foco que visa à

- A priorização do cidadão como o principal beneficiário dos serviços públicos, com o objetivo de atender às suas necessidades e expectativas.
- B eficiência e produtividade, de maneira que o cidadão é visto apenas como contribuinte.
- C satisfação do cliente, de maneira que o cidadão é visto como um consumidor de serviços públicos.
- D melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, sem qualquer participação destes no processo.
- E primazia da eficiência dos processos internos, mediante implementação de processos burocráticos, para garantir a formalidade dos serviços.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Correta. O paradigma do cliente na gestão pública refere-se a uma mudança de foco, em que o cidadão passa a ser visto como um cliente que recebe serviços públicos. Essa abordagem busca melhorar a qualidade e a eficiência desses serviços ao colocar as necessidades e expectativas do cidadão no centro das ações governamentais. Assim, a gestão pública passa a ser mais orientada para a satisfação do usuário, de modo a promover maior transparência, agilidade e eficiência na entrega dos serviços públicos.\*/

||B|| - Incorreta. Modelo do gerencialismo puro: nessa fase, o foco é a eficiência e produtividade, e o cidadão é visto apenas como contribuinte.

Orientação ao serviço público: nessa fase, o foco é a qualidade dos serviços públicos, e o cidadão é visto como um parceiro no processo de prestação de serviços.\*/

||C|| - Incorreta. Consumerismo: nessa fase, o foco é a satisfação do cliente, e o cidadão é visto como um consumidor de serviços públicos.

Orientação ao serviço público: nessa fase, o foco é a qualidade dos serviços públicos, e o cidadão é visto como um parceiro no processo de prestação de serviços.\*/

||D|| - Incorreta. No modelo tradicional de administração pública, os serviços eram prestados aos cidadãos sem qualquer participação destes no processo. Assim, o paradigma do cliente trouxe uma série de mudanças na forma como a administração pública é gerenciada. Uma das principais mudanças é a adoção de uma cultura de foco no cliente, que deve permear todas as ações da administração pública.\*/

||E|| - Incorreta. A abordagem do foco no cliente busca melhorar a qualidade e a eficiência desses serviços ao colocar as necessidades e as expectativas do cidadão no centro das ações governamentais. Assim, a gestão pública passa a ser mais orientada para a satisfação do usuário, de modo a promover maior transparência, agilidade e eficiência na entrega dos serviços públicos.\*/

**Questão 49**

Assinale a opção que representa corretamente um princípio fundamental da sustentabilidade pública aliado à acessibilidade.

- A direcionamento dos recursos, de forma exclusiva, às áreas urbanas, para assegurar uma gestão pública mais eficiente
- B desenvolvimento de políticas públicas que assegurem o acesso universal a serviços essenciais, de modo a promover a inclusão social e a utilização sustentável dos recursos
- C corte de investimentos em infraestrutura, para reduzir os gastos públicos, mesmo que isso restrinja o acesso da população aos serviços essenciais
- D aumento do consumo de recursos, tais como água e energia, e excesso na compra de produtos que atendam às necessidades de todos os cidadãos, independentemente de suas características físicas ou cognitivas
- E concentração de esforços unicamente na sustentabilidade ambiental, mesmo que isso implique uma menor atenção às necessidades de acessibilidade social

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. A gestão sustentável deve ser implementada em todas as áreas da administração pública, desde a construção de infraestruturas até a gestão de resíduos e a aquisição de bens e serviços.\*/

||B|| - Correta. A gestão de espaços públicos com foco em práticas sustentáveis e acessíveis envolve a aplicação de princípios que garantem a preservação do meio ambiente, a inclusão social e o uso racional dos recursos. Isso significa planejar, construir e manter espaços públicos que atendem às necessidades de todos os cidadãos, independentemente de suas características físicas ou cognitivas, e que minimizem o impacto ambiental.\*/

||C|| - Incorreta. A gestão sustentável na administração pública envolve integrar princípios ambientais, sociais e econômicos em todas as etapas da gestão, desde o planejamento e a execução de políticas públicas até a tomada de decisões e a gestão de recursos. O objetivo é garantir que as necessidades sejam atendidas, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades.\*/

||D|| - Incorreta. A priorização de produtos e serviços que tenham baixo impacto ambiental e que sejam produzidos de forma socialmente justa é essencial para a gestão sustentável.\*/

||E|| - Incorreta. A gestão sustentável também envolve a promoção da equidade social, a garantia do acesso a direitos básicos e a participação da população nas decisões que afetam suas vidas.\*/

**Questão 50**

Julgue se cada item seguinte apresenta uma competência constitucional da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- I Dispor sobre metas e prioridades da administração pública federal.
- II Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- III Dispor sobre critérios e formas de limitação de empenho.
- IV Estabelecer diretrizes e objetivos para as despesas relacionadas a programas de duração continuada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão corretos.
- B Apenas os itens I e IV estão corretos.
- C Apenas os itens II e III estão corretos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- E Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Correta. Apenas os itens I e II estão certos.

O item I está certo. É o que dispõe o art. 165, § 2.º, da Constituição Federal de 1988: “§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.” Assim como o item I, o item II está previsto no art. 165, § 2.º, acima transcrito. \*/

||B|| - Incorreta. O item I está certo, mas o item IV está errado. Esta é uma competência do PPA, trazida na Constituição Federal, e tem natureza de planejamento de longo prazo, função esta desempenhada pelo PPA, conforme art. 165, § 1º: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”\*/

||C|| - Incorreta. O item II está certo, mas o item III está errado. Esta é sim uma competência da LDO, mas não foi disposta pela CF, e sim pela LRF, Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 4º: “A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I - disporá também sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas; b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31; (...)”\*/

||D|| - Incorreta. Os itens III e IV estão errados. \*/

||E|| - Incorreta. Apenas os itens I e II estão certos.\*/

**Questão 51**

Assinale a opção que apresenta uma situação de autorização excepcional concernente ao princípio da não vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

- A A vinculação da receita de impostos estaduais e municipais para o pagamento de débitos com agentes financeiros.
- B A destinação de recursos de impostos para as ações e serviços públicos de assistência social.
- C A prestação de garantias pela União às suas operações de crédito, exceto por antecipação de receita.
- D A destinação de recursos para realização de atividades da administração tributária.
- E A repartição constitucional para os municípios de 50% da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. O § 4.º do art. 167 da CF determina que é possível a vinculação de receitas estaduais e municipais de impostos ao pagamento de débitos com a União, ou a prestação de garantia ou contragarantia também a ela, não permitindo o mesmo a agentes financeiros privados, visando resguardar as finanças locais de excesso de vinculações que inviabilizem as gestões atuais e principalmente futuras. “§ 4.º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas “a”, “b”, “d”, “e” e “f” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.”\*/

||B|| - Incorreta. É permitida, conforme art. 167, IV, da CF, a vinculação da receita de impostos às ações e serviços públicos de saúde e para a manutenção e desenvolvimento do ensino, não se incluindo aí a assistência social. Na verdade, conforme arts. 194 e 195 da CF, a assistência social se inclui na seguridade social, e tem seu financiamento, entre outros, feito por meio das contribuições sociais, que são sim vinculadas, mas não se confundem com os impostos: “IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2.º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem como o disposto no § 4.º deste artigo”\*/

||C|| - Incorreta. Na verdade, somente as operações de crédito por antecipação de receita podem contar com garantias mediante vinculação das receitas de impostos, por possuírem regulamentação específica, serem adstritas ao exercício financeiro, e consistirem basicamente de adiantamento destas próprias receitas de impostos. As operações de crédito ordinárias e que constituem receitas orçamentárias não podem contar com garantias fundadas em receitas de impostos. Vide art. 167, IV, da CF: “IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4.º deste artigo”\*/

||D|| - Correta. Esta é uma exceção literalmente prevista na CF, art. 167: “IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2.º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem como o disposto no § 4.º deste artigo”\*/

||E|| - Incorreta. De fato as repartições de receitas de impostos previstas nos arts. 158 e 159 da CF são exceções ao princípio da não vinculação, conforme art. 167, IV, no entanto, a parcela vinculada à repartição do chamado ICMS é de 25% para os municípios, e não 50%.\*/

**Questão 52**

Em relação à classificação da natureza da receita orçamentária, assinale a opção que contém a devida associação entre categoria econômica, sua origem e um exemplo de receita que se enquadra nessa classificação.

- A Receita de capital; receita patrimonial; dividendos.
- B Receita de capital; receita industrial; extração de matérias-primas.
- C Receita corrente; receita de serviços; taxas de serviços públicos.
- D Receita corrente; receita patrimonial; aluguéis.
- E Receita de capital; amortização de empréstimos; juros e encargos financeiros das operações de empréstimo.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. De acordo com o Manual Técnico do Orçamento 2025 (MTO 2025), que se utiliza da Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001, a qual vincula todos os entes de todas as esferas, as receitas patrimoniais são uma origem de receitas correntes. Item 3.2.1.2 do MTO 2025: “Origens que compõem as Receitas Correntes: (...) Receita Patrimonial: são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.”\*/

||B|| - Incorreta. De acordo com o MTO 2025, especificado acima, as receitas industriais constituem origem de receitas correntes. Item 3.2.1.2 do MTO 2025: “Origens que compõem as Receitas Correntes: (...) Receita Industrial: são provenientes de atividades industriais exercidas pelo ente público, tais como a extração e o beneficiamento de matérias-primas, a produção e a comercialização de bens relacionados às indústrias mecânica, química e de transformação em geral.”\*/

||C|| - Incorreta. De acordo com o MTO 2025, especificado acima, as receitas de serviços constituem origem de receitas correntes, conforme indicado no item. Mas entre as receitas de serviços não estariam classificadas as taxas recebidas pela prestação de serviços públicos, pois taxas são tributos, os quais possuem um origem específica para a sua classificação. Por seu turno, as tarifas, ou seja, os preços públicos, se enquadrariam na origem identificada como receitas de serviços. Item 3.2.1.2 do MTO 2025: “Origens que compõem as Receitas Correntes: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: são decorrentes da arrecadação dos tributos previstos no art. 145 da Constituição Federal. (...) Receita de Serviços: decorrem da prestação de serviços por parte do ente público, tais como comércio, transporte, comunicação, serviços hospitalares, armazenagem, serviços recreativos, culturais, etc. Tais serviços são remunerados mediante preço público, também chamado de tarifa.”\*/

||D|| - Correta. Esta alternativa está correta, de acordo com o MTO 2025. Item 3.2.1.2 do MTO 2025: “Receita Patrimonial: são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.”\*/

||E|| - Incorreta. De acordo com o MTO 2025, especificado acima, as receitas obtidas com a amortização de empréstimos concedidos pela entidade pública são receitas de capital. No entanto, é preciso se destacar que somente se enquadra nesta categoria o recebimento do montante principal que fora anteriormente emprestado. Os juros, encargos, etc, constituem receitas correntes, decorrentes da remuneração deste capital. Item 3.2.1.2 do MTO 2025: “Origens que compõem as Receitas de Capital: (...) Amortização de Empréstimos: ingressos financeiros provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos que o ente público haja previamente concedido. Embora a amortização do empréstimo seja origem da categoria econômica Receitas de Capital, os juros recebidos associados ao empréstimo são classificados em Receitas Correntes / de Serviços / Serviços e Atividades Financeiras / Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros, pois os juros representam a remuneração do capital.”\*/

**Questão 53**

Julgue se cada item seguinte apresenta uma competência que a Constituição Federal de 1988 assegurou ao Tribunal de Contas da União no âmbito do controle externo.

- I Julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- II Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a município.
- III Sustar a execução de contrato se não adotadas no prazo assinalado as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, quando verificadas irregularidades.
- IV Realizar por iniciativa própria auditoria operacional nas unidades administrativas do Poder Judiciário.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, III e IV.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. O item I está errado. Ao TCU compete auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo. Apesar da titularidade do controle externo ser do Congresso, ao TCU a Constituição reservou competências próprias, elencadas no art. 71. Entre elas está a apreciação das contas prestadas pelo Presidente da República, mediante parecer prévio. No entanto, o TCU não julga as contas, o que é competência do próprio Congresso, conforme a Constituição Federal de 1988: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo; (...) Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”.\*/\*

||B|| - Correta. O item II está certo. É o que prevê a CF. Em que pese os atos de gestão, nestes casos, serem praticados pelos Estados, DF ou Municípios, como se tratam de recursos transferidos pela União, permanece a competência do TCU.

O item IV também está certo. O TCU pode realizar auditorias e inspeções tanto por iniciativa própria como a pedido da Câmara ou do Senado e suas comissões. Entre os jurisdicionados estão todas as unidades administrativas dos Três Poderes, além dos demais órgãos autônomos, como o Ministério Público, ou outras entidades que se enquadrem no inciso II do art. 71. Logo, estão aí inclusas as unidades administrativas do Poder Judiciário. Vale destacar que não se inclui nesta competência do TCU a fiscalização dos atos jurisdicionais, atos típicos deste Poder. “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...) II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público; (...) IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos

Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II”.\*/

||C|| - Incorreta. O item III está errado. Ao TCU cabe assinalar prazo para correção de atos administrativos, quando verificada irregularidade, e, se não atendido, sustar a execução do ato impugnado. A CF não fala sobre contratos, uma vez que contratos são bilaterais e possuem outro tratamento. “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...) IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade; X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal”.\*/

||D|| - Incorreta. Os itens I e III estão errados.\*/

||E|| - Incorreta. Os itens I e III estão errados.\*/

### Questão 54

Considere que, estando no início de um exercício financeiro, uma entidade pública deve promover o empenho das despesas que realizará, relativas ao consumo de energia elétrica.

Nessa situação hipotética,

- A a entidade deverá realizar um empenho global.
- B a entidade deverá realizar um empenho por estimativa.
- C são verificados os pressupostos para a dispensa da emissão de nota de empenho.
- D a entidade deverá realizar um empenho ordinário.
- E a entidade deverá realizar um empenho condicional.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. As modalidades ou tipos de empenho são ordinário, global ou por estimativa. Como pode ser visto no art. 60 da Lei n.º 4.320/1964, a situação descrita na questão se encaixa na situação em que se utiliza o empenho por estimativa. Como não se sabe ao certo o valor do consumo de energia elétrica ao longo do exercício financeiro, faz-se um empenho por estimativa, que pode ser liquidado parcialmente a cada mês, e pode ser completado se se mostrar insuficiente, desde que exista dotação orçamentária para isso. O empenho global, por seu turno, é previsto para despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento, ou seja, mesmo que executadas de forma parcelada, conhece-se o valor total da despesa, e, portanto, este montante global deve ser empenhado.\*/

||B|| - Correta. As modalidades ou tipos de empenho são ordinário, global ou por estimativa. Como pode ser visto no art. 60 da Lei n.º 4.320/1964, a situação descrita na questão se encaixa na situação em que se utiliza o empenho por estimativa. Como não se sabe ao certo o valor do consumo de energia elétrica ao longo do exercício financeiro, faz-se um empenho por estimativa, que pode ser liquidado parcialmente a cada mês, e pode ser completado se se mostrar insuficiente, desde que exista dotação orçamentária para isso.\*/

||C|| - Incorreta. As modalidades ou tipos de empenho são ordinário, global ou por estimativa. Como pode ser visto no art. 60 da Lei n.º 4.320/1964, a situação descrita na questão se encaixa na situação em que se utiliza o empenho por estimativa. Como não se sabe ao certo o valor do consumo de energia elétrica ao longo do exercício financeiro, faz-se um empenho por estimativa, que pode ser liquidado parcialmente a cada mês, e pode ser completado se se mostrar insuficiente, desde que exista dotação orçamentária para isso. A dispensa da emissão de nota de empenho não está relacionada à modalidade de empenho a ser feito, mas sim à desnecessidade de se realizar um etapa

burocrática em casos específicos, previstos em norma, em que essa finalidade seria dispensável.\*/

||D|| - Incorreta. As modalidades ou tipos de empenho são ordinário, global ou por estimativa. Como pode ser visto no art. 60 da Lei n.º 4.320/1964, a situação descrita na questão se encaixa na situação em que se utiliza o empenho por estimativa. Como não se sabe ao certo o valor do consumo de energia elétrica ao longo do exercício financeiro, faz-se um empenho por estimativa, que pode ser liquidado parcialmente a cada mês, e pode ser completado se se mostrar insuficiente, desde que exista dotação orçamentária para isso. Como visto, o empenho ordinário é aquele que não se amolda nem ao empenho por estimativa nem ao empenho global. Como visto acima, o caso consiste em empenho por estimativa.\*/

||E|| - Incorreta. As modalidades ou tipos de empenho são ordinário, global ou por estimativa. Como pode ser visto no art. 60 da Lei n.º 4.320/1964, a situação descrita na questão se encaixa na situação em que se utiliza o empenho por estimativa. Como não se sabe ao certo o valor do consumo de energia elétrica ao longo do exercício financeiro, faz-se um empenho por estimativa, que pode ser liquidado parcialmente a cada mês, e pode ser completado se se mostrar insuficiente, desde que exista dotação orçamentária para isso. Não existe empenho condicional. O que pode existir é uma condição para que o pagamento se realize, condição esta que vai ser verificada no momento da liquidação da despesa. Mas não existe empenho condicional como modalidade. O empenho, uma vez realizado, por validade integral, se a condição não for cumprida, a liquidação não será realizada e, por consequência, também não haverá pagamento. Segundo o art. 58 da Lei n.º 4.320/1964, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.\*/

### Questão 55

Considere que, na apuração realizada ao final de um quadrimestre, verificou-se que a despesa total com pessoal do Poder Executivo de certa unidade da federação ultrapassou o montante de 95% do limite estabelecido para este grupo de despesas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nessa situação hipotética, pode-se concluir que o Poder Executivo dessa unidade da federação não poderá

- A receber transferências voluntárias.
- B obter garantia de outro ente.
- C criar cargo, emprego ou função.
- D conceder revisão geral anual.
- E conceder renúncia de receitas.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Os impactos relativos ao descumprimento do chamado limite prudencial, ou seja, 95% do limite total das despesas com pessoal por Poder ou órgão, estão tratados no art. 22 da LRF. Para o descumprimento total, tem-se a regulamentação no art. 23 da mesma lei complementar. A partir desses dispositivos, verifica-se que a vedação de recebimento de transferências voluntárias está relacionada ao descumprimento do limite total, e não do limite prudencial.\*/

||B|| - Incorreta. Os impactos relativos ao descumprimento do chamado limite prudencial, ou seja, 95% do limite total das despesas com pessoal por Poder ou órgão, estão tratados no art. 22 da LRF. Para o descumprimento total, tem-se a regulamentação no art. 23 da mesma lei complementar. Como pode ser visto, a vedação à obtenção de garantias de outro ente

também está vinculada ao cumprimento do limite total das despesas com pessoal, e não do limite prudencial.\*/

||C|| - Correta. Os impactos relativos ao descumprimento do chamado limite prudencial, ou seja, 95% do limite total das despesas com pessoal por Poder ou órgão, estão tratados no art. 22 da LRF. Como se verifica do inciso II deste artigo, fica, desde o descumprimento do limite prudencial de 95%, vedada a criação de cargo, emprego ou função, como forma de conter o crescimento das despesas com pessoal, de tal sorte que se o seu montante absoluto ficar estático, e a receita seguir seu caminho natural de crescimento, a razão total entre despesas de pessoal e receita corrente líquida tende a ir diminuindo ao longo das próximas apurações quadrimestrais.\*/

||D|| - Incorreta. Os impactos relativos ao descumprimento do chamado limite prudencial, ou seja, 95% do limite total das despesas com pessoal por Poder ou órgão, estão tratados no art. 22 da LRF. Como pode ser visto, a concessão de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal, art. 37, IX, é exceção à vedação de se conceder aumentos ou reajustes, consignada no inciso I do art. 22.\*/

||E|| - Incorreta. Os impactos relativos ao descumprimento do chamado limite prudencial, ou seja, 95% do limite total das despesas com pessoal por Poder ou órgão, estão tratados no art. 22 da LRF. Como pode ser visto, não há qualquer dispositivo que trate de renúncia fiscal. A renúncia de receitas e suas condicionantes são abordadas no art. 14 da LRF.\*/

### Questão 56

Considere os seguintes dados:

- resultado financeiro positivo apurado no balanço financeiro do exercício anterior: R\$ 20.000;
- saldo de crédito especial aberto em outubro do exercício anterior, reaberto no exercício atual e que não possuía operações de crédito a ele vinculadas: R\$ 5.000;
- crédito extraordinário aberto no exercício anterior: R\$ 15.000;
- crédito extraordinário aberto no exercício em curso: R\$10.000;
- excesso de arrecadação do exercício em curso, apurado mês a mês, considerando-se a tendência: R\$ 30.000.

Nessa situação hipotética, com base unicamente nos dados apresentados, o valor dos recursos disponíveis para abertura de créditos especiais ou suplementares é de

- A R\$ 35.000.
- B R\$ 20.000.
- C R\$ 15.000.
- D R\$ 10.000.
- E R\$ 5.000.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O valor final disponível é de R\$ 30.000 - R\$ 10.000 = R\$ 20.000.\*/

||B|| - Correta. O resultado financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior não serve de recursos para abertura de créditos adicionais, mas sim o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, vide Lei n.º 4320/1964:

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1.º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. (...) § 2.º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.”

Como visto, no cálculo do superávit financeiro disponível, deve-se subtrair o valor dos créditos especiais ou extraordinários reabertos. Porém, como não há superávit financeiro do BP no

exercício, nada se deve fazer com o dado de crédito especial reaberto.

Quanto ao excesso de arrecadação, tem-se:

“Art. 43. (...) § 1.º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: II - os provenientes de excesso de arrecadação; (...) § 3.º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.”

Logo, o valor de R\$ 30.000 fornecido corresponde à previsão legal, sendo que a lei manda ainda descontar deste valor os créditos extraordinários abertos no exercício, de tal forma que se desconta os R\$ 10.000 de créditos extraordinários abertos no presente exercício, mas não os R\$ 15.000 do exercício anterior, reabertos ou não. Dessa forma, o valor final disponível é de R\$ 30.000 - R\$ 10.000 = R\$ 20.000.\*/

||C|| - Incorreta. O valor final disponível é de R\$ 30.000 - R\$ 10.000 = R\$ 20.000.\*/

||D|| - Incorreta. O valor final disponível é de R\$ 30.000 - R\$ 10.000 = R\$ 20.000.\*/

||E|| - Incorreta. O valor final disponível é de R\$ 30.000 - R\$ 10.000 = R\$ 20.000.\*/

### Questão 57

Considere que o presidente da República enviou o projeto de lei orçamentária (PLOA) no prazo previsto e que o projeto tramita no Congresso Nacional na forma do regimento comum.

Nessa situação hipotética, caso o presidente da República deseje alterar o PLOA,

- A ele não poderá.
- B ele poderá mediante envio de mensagem ao Congresso Nacional antes da aprovação final do texto pelo plenário das duas Casas Legislativas.
- C ele poderá mediante envio de mensagem ao Congresso Nacional antes da aprovação final do texto na Comissão Mista permanente de deputados e senadores.
- D ele poderá mediante envio de mensagem ao Congresso Nacional enquanto não iniciada a votação, no Plenário das duas Casas, da parte que se quer alterar.
- E ele poderá mediante envio de mensagem ao Congresso Nacional enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte que se quer alterar.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Uma vez iniciada a votação na comissão mista de deputados e senadores da parte que se quer alterar, ela não mais poderá ser alterada. Até lá, basta uma mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional pedindo esta alteração (CF, art. 166, § 1.º, I, e § 5.º).\*/

||B|| - Incorreta. Uma vez iniciada a votação na comissão mista de deputados e senadores da parte que se quer alterar, ela não mais poderá ser alterada. Até lá, basta uma mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional pedindo esta alteração (CF, art. 166, § 1.º, I, e § 5.º).\*/

||C|| - Incorreta. Uma vez iniciada a votação na comissão mista de deputados e senadores da parte que se quer alterar, ela não mais poderá ser alterada. Até lá, basta uma mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional pedindo esta alteração (CF, art. 166, § 1.º, I, e § 5.º).\*/

||D|| - Incorreta. Uma vez iniciada a votação na comissão mista de deputados e senadores da parte que se quer alterar, ela não mais poderá ser alterada. Até lá, basta uma mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional pedindo esta alteração (CF, art. 166, § 1.º, I, e § 5.º).\*/

||E|| - Correta. É o que prevê a Constituição Federal. Uma vez iniciada a votação na comissão mista de deputados e senadores da parte que se quer alterar, ela não mais poderá ser alterada. Até

lá, basta uma mensagem do PR ao Congresso Nacional pedindo esta alteração (CF, art. 166, § 1.º, I, e § 5.º).\*/

### Questão 58

Considere que, durante a elaboração da proposta orçamentária de uma agência federal, o gestor deva assegurar que as diretrizes do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA) estão sendo respeitadas. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do PPA, da LDO, da LOA e da relação entre esses instrumentos no âmbito do planejamento federal.

- A O PPA define objetivos e metas de médio prazo, enquanto a LDO estabelece as prioridades para cada ano fiscal e as regras para elaboração da LOA, mas a relevância dos programas pode ser ajustada conforme o surgimento de oportunidades de financiamento externo, mesmo se isso comprometer a continuidade de projetos já prioritários e estruturantes definidos no PPA.
- B A elaboração da proposta orçamentária deve considerar as macrotendências econômicas globais e seus potenciais impactos na receita e na despesa, ainda que isso signifique revisar continuamente os objetivos estipulados no PPA para torná-los mais flexíveis a situações imprevistas e voláteis do cenário internacional.
- C As decisões finais sobre a alocação de recursos e a priorização de despesas devem ser orientadas pelo confronto e pela síntese entre a relatoria técnica detalhada e as decisões políticas, de acordo com as prioridades estratégicas da gestão e os limites impostos pela LDO.
- D O alinhamento com a LDO garante que a proposta orçamentária respeita os limites fiscais e as metas de resultado primário/nominal, mas a agência pode decidir unilateralmente sobre aumentos de despesas, especialmente com a criação de novos programas, se houver potencial para aumentar receita em outros programas inéditos que serão propostos simultaneamente.
- E A autonomia administrativa e financeira da agência na gestão dos recursos, conferida pelo alinhamento com o PPA e a LOA aprovados, permite ajustes de última hora na proposta orçamentária antes de sua submissão final, desde que as metas propostas sejam passíveis de execução técnica e financeira.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A proposta orçamentária (LOA) é o instrumento de curto prazo que deve operacionalizar as prioridades da LDO, que por sua vez orienta a execução das metas e objetivos de médio prazo estabelecidos no PPA. O alinhamento é hierárquico e mandatário. Ajustar a relevância de programas apenas por oportunidades externas, sem uma reavaliação formal e estratégica dentro do ciclo de planejamento, pode levar ao desvio das metas centrais do PPA, comprometendo a continuidade estratégica das políticas públicas. Recursos externos são complementares e devem ser integrados ao planejamento existente, não ditá-lo de forma isolada, sob risco de fragmentação e ineficiência na alocação de recursos públicos. A discricionariedade na execução

deve ocorrer dentro dos limites e prioridades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento.\*/

||B|| - Incorreta. É essencial considerar tendências globais e cenários prospectivos na elaboração do PPA e da LDO para construir um planejamento resiliente. No entanto, revisar continuamente os objetivos fundamentais do PPA, que é um plano estratégico plurianual, pode criar uma falta de foco, instabilidade e inconsistência nas políticas públicas. O PPA deve ter uma estrutura sólida que permita mecanismos de flexibilização ou revisões periódicas formais (como revisões bienais ou anuais previstas em lei), mas mudanças contínuas e ad hoc podem dissipar esforços, recursos e minar a capacidade de avaliação de resultados a longo prazo. A resiliência do planejamento surge de uma boa previsão aliada a uma capacidade de ajuste pontual, controlado e transparente, não de uma revisão constante dos pilares estratégicos.\*/

||C|| - Correta. Sistemas integrados são ferramentas indispensáveis que fornecem dados robustos e em tempo real, aumentando a eficiência na elaboração, execução e monitoramento orçamentário-financeiro. Eles permitem análises técnicas aprofundadas sobre a viabilidade, custo-benefício e impacto dos programas. Contudo, a decisão final no setor público é inerentemente política, pois envolve a escolha sobre onde e como os recursos escassos serão aplicados para atender às necessidades da sociedade, refletindo as prioridades do governo eleito. O processo decisório eficaz e responsável requer o equilíbrio entre a análise técnica qualificada (o “como fazer” de forma eficiente e legal) e a orientação política (o “o que fazer” e “para quem fazer”, dentro dos limites fiscais e legais). A transparência nesse processo, facilitada pelos sistemas integrados, é fundamental.\*/

||D|| - Incorreta. Alterações que impliquem aumentos de despesa, especialmente a criação de novos programas ou a expansão de existentes, devem respeitar rigorosamente os limites estabelecidos pela LDO (incluindo limites de despesa, teto de gastos se aplicável, e a meta de resultado fiscal). A criação de novas despesas permanentes ou o aumento significativo de despesas discricionárias geralmente requerem previsão na LDO e na LOA, além de demonstração de compatibilidade e compensação, conforme exigido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Decisões unilaterais de agências sem o respaldo legal, orçamentário e sem a devida aprovação legislativa violam princípios orçamentários essenciais como o equilíbrio, a legalidade e a transparência. A mera expectativa de novas receitas futuras não justifica a criação de despesas sem a devida autorização e previsão nos instrumentos de planejamento.\*/

||E|| - Incorreta. Embora agências tenham autonomia para gerenciar seus recursos dentro do que foi planejado e aprovado (LOA), a fase de elaboração da proposta orçamentária é um processo estruturado e com prazos definidos, envolvendo a consolidação das propostas setoriais pelo órgão central de planejamento (Ministério da Economia). Ajustes de última hora na proposta antes da submissão formal podem comprometer a consolidação do orçamento geral da União, a clareza e a consistência do planejamento. Uma vez submetida, a proposta passa por análise e aprovação legislativa, onde podem ocorrer modificações. A autonomia de gestão se refere à execução do orçamento aprovado, não à alteração discricionária da proposta em fases avançadas de sua elaboração sem coordenação central. O planejamento integrado e a aderência aos prazos são

fundamentais para a transparência perante os órgãos de controle e a sociedade.\* /

### ▼ Questão 59

Diante de uma crise econômica inesperada, um órgão público federal enfrenta uma redução significativa e imprevista em sua dotação orçamentária para o exercício em curso. O gestor responsável pela execução orçamentária e financeira deve adaptar a programação e o ritmo dos gastos para cumprir as novas restrições fiscais, minimizando os impactos negativos nas entregas essenciais.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção que corresponde à solução estratégica que demonstra mecanismos de programação e execução orçamentária e financeira em conformidade com as práticas de gestão pública eficiente em cenários de restrição.

- A aplicar cortes percentuais lineares e uniformes em todas as unidades orçamentárias, projetos e atividades, independentemente de sua criticidade ou desempenho
- B manter integralmente o orçamento de todos os projetos sociais considerados urgentes, sacrificando-se o orçamento de projetos de inovação tecnológica e modernização da gestão
- C reavaliar a programação orçamentária e financeira para priorizar gastos essenciais, redimensionar projetos e, se necessário, suspender ou adiar ações de menor impacto estratégico, ajustando-se o cronograma de desembolso
- D continuar a execução orçamentária e financeira conforme o planejamento original, na expectativa de que a situação de receita melhore nos próximos meses e que os recursos contingenciados sejam liberados
- E evitar qualquer tipo de ajuste em contratos já firmados (como obras ou serviços contínuos) para não gerar litígios ou custos adicionais com rescisões, focando os cortes apenas em novas contratações ou despesas discricionárias

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Cortes lineares são uma abordagem simplista que ignora as diferenças de prioridade estratégica, eficiência e impacto social ou econômico dos diversos programas e atividades. Isso pode comprometer a execução de funções essenciais, diluir recursos em áreas de baixa prioridade e prejudicar o alcance das metas estabelecidas no PPA e LDO.\* /

||B|| - Incorreta. Embora projetos sociais sejam frequentemente prioritários, uma gestão eficaz em tempos de crise exige uma análise criteriosa de todos os gastos. Sacrificar indiscriminadamente a inovação pode comprometer a eficiência futura, a capacidade de adaptação e a sustentabilidade das operações a longo prazo. É necessário um balanceamento baseado em critérios claros.\* /

||C|| - Correta. Uma resposta eficaz a uma restrição orçamentária envolve uma análise profunda e baseada em dados da execução atual. Utilizando informações de sistemas como SIAFI, o gestor pode identificar onde os recursos estão sendo aplicados, qual o estágio de cada projeto/atividade e qual o seu impacto estratégico. Isso permite tomar decisões informadas sobre o remanejamento, contingenciamento ou cancelamento de despesas, priorizando aquelas que garantem a continuidade das funções essenciais e o alcance das metas prioritárias, ajustando o fluxo de caixa (programação financeira). Este processo é conhecido como “reprogramação orçamentária e financeira”.\* /

||D|| - Incorreta. Ignorar a restrição orçamentária atual e continuar gastando como planejado é fiscalmente irresponsável e pode levar a um déficit ainda maior, acúmulo de restos a pagar sem cobertura financeira e descumprimento da LRF. A gestão deve ser proativa e adaptar-se imediatamente às novas condições fiscais.\* /

||E|| - Incorreta. Embora ajustes contratuais devam ser feitos com cautela e dentro dos limites legais, em situações de severa restrição orçamentária, pode ser inevitável e necessário renegociar, suspender ou até rescindir contratos, seguindo os procedimentos legais e contratuais aplicáveis. Limitar os ajustes

apenas a novas despesas pode não ser suficiente para alcançar o equilíbrio necessário.\* /

### ▼ Questão 60

Um prefeito municipal recém-empossado herda uma situação fiscal delicada, com despesas correntes acima do limite prudencial da receita corrente líquida e um déficit orçamentário significativo. O novo secretário de finanças tem a missão urgente de elaborar e implementar um plano de ajuste fiscal para reconduzir as contas públicas à conformidade e cumprir os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na situação hipotética apresentada, deve-se, prioritariamente,

- A realizar cortes imediatos e generalizados nas despesas com pessoal, inclusive demissões em massa, para reduzir rapidamente o maior componente do gasto público.
- B realizar auditoria das receitas e despesas municipais, utilizando-se de sistemas de controle interno e externo, para identificar ineficiências na arrecadação, possíveis desperdícios e áreas potenciais para otimização dos gastos e aumento da eficiência na gestão fiscal.
- C decretar um aumento emergencial e substancial nas tarifas de todos os serviços públicos municipais e impostos de responsabilidade da prefeitura, para gerar receita adicional rapidamente e cobrir o déficit.
- D buscar prioritariamente a obtenção de empréstimos federais ou estaduais e a antecipação de receitas para cobrir o déficit, minimizando a necessidade de realizar ajustes internos rigorosos.
- E implementar medidas drásticas de transparência fiscal e acesso à informação somente após o município atingir o equilíbrio das contas públicas, para evitar pânico ou desconfiança da população durante o período de ajuste.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Embora a despesa com pessoal seja um foco da LRF e existam mecanismos para sua redução em caso de estouro de limites (art. 23, LRF), a lei estabelece um rito gradual e específico (redução de cargos comissionados/funções de confiança, exoneração de não estáveis etc.). Realizar demissões em massa sem seguir o devido processo legal e os limites da LRF e da Constituição Federal são ilegais e não representam a primeira ação recomendada pela LRF.\* /

||B|| - Correta. A LRF enfatiza a importância da transparência, do controle e da gestão fiscal eficiente (art. 1.º, § 1.º). Uma auditoria fiscal abrangente é um passo crucial para entender a real situação financeira, identificar as causas do déficit e dos altos gastos, e mapear oportunidades de ajuste tanto pelo lado da receita (combate à sonegação, melhoria da cobrança) quanto da despesa (racionalização, eliminação de desperdícios). Esta ação baseada em diagnóstico é fundamental para um plano de ajuste fiscal sustentável e em conformidade com a LRF.\* /

||C|| - Incorreta. Aumentos de tarifas e tributos devem seguir procedimentos legais, ter justificativa técnica e econômica, e considerar o impacto social. Embora o aumento de receita seja parte de um ajuste, a LRF prioriza o controle e a racionalização da despesa e a eficiência na gestão. Aumentos emergenciais e desproporcionais podem ser contestados legalmente e gerar ônus excessivo para a população.\* /

||D|| - Incorreta. A LRF busca a sustentabilidade fiscal dos entes da federação por meio de seus próprios esforços de gestão de receita e despesa. Embora operações de crédito sejam permitidas sob certas condições, depender delas para cobrir déficits estruturais sem um ajuste interno robusto é contrário ao espírito da LRF e pode agravar a situação financeira futura.\* /

||E|| - Incorreta. A transparência é um pilar fundamental da LRF (art. 48) e deve ser contínua e proativa, especialmente em períodos de dificuldade fiscal. O acesso público às informações orçamentárias e financeiras é essencial para o controle social e a responsabilização dos gestores, e não deve ser adiado. A

transparência ajuda a construir confiança e a justificar as medidas de ajuste perante a sociedade.\* /

### ▼ Questão 61

Considere que, para atender às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um administrador municipal necessite adotar práticas eficazes para manter o equilíbrio fiscal ao planejar novos investimentos em infraestrutura. Nesse caso, a administração municipal deverá

- A avaliar a viabilidade dos investimentos planejados com base em análises de custo-benefício, considerando os limites de endividamento e metas de resultado primário definidas pela LRF.
- B priorizar o financiamento de novos investimentos por meio do aumento de contribuições de potenciais investidores, evitando completamente o uso de receitas correntes.
- C realizar novos investimentos exclusivamente com base em expectativas de receita futura, sem considerar restrições de gasto atual e limites de endividamento.
- D endividar-se ao máximo permitido pela LRF sem realizar avaliações periódicas do impacto desses empréstimos na capacidade de pagamento futura do município.
- E implementar novos investimentos sem consulta pública ou transparência nos processos, para tornar a execução mais ágil.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Esta alternativa reflete a essência da gestão fiscal responsável sob a LRF no contexto de investimentos. A LRF exige que os investimentos (especialmente os de maior vulto ou financiados por dívida) sejam precedidos de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira, incluindo análise de custo-benefício e avaliação do impacto fiscal. É crucial verificar se o investimento proposto cabe dentro dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal e pela própria LRF, e se ele contribui ou, pelo menos, não compromete o alcance das metas de resultado primário e nominal definidas na LDO. Além disso, a LRF reforça a importância do planejamento plurianual (PPA) e anual (LOA), garantindo que os investimentos estejam alinhados com as prioridades estratégicas do município e tenham previsão orçamentária adequada. A sustentabilidade do investimento inclui a capacidade de arcar com os custos de operação e manutenção futuros.\* /

||B|| - Incorreta. Embora buscar fontes de financiamento não onerosas ou de longo prazo (como parcerias público-privadas, concessões ou contribuições específicas) seja uma estratégia válida e, em muitos casos, desejável para investimentos, é irrealista e, por vezes, ineficiente evitar completamente o uso de receitas correntes para investimentos. Muitas obras e aquisições de capital de menor vulto são financiadas com recursos próprios (receitas de impostos, transferências constitucionais). A LRF não proíbe o uso de receitas correntes para investimento; ela exige que o planejamento e a execução orçamentária garantam o equilíbrio entre receitas e despesas, e que os investimentos que geram despesas correntes futuras ou aumentam o endividamento sejam sustentáveis.\* /

||C|| - Incorreta. A LRF é fundamentalmente baseada no princípio da prudência e na vinculação entre planejamento e execução fiscal. Realizar investimentos significativos (especialmente aqueles que geram despesas correntes futuras, como manutenção de uma nova escola ou hospital) baseando-se apenas em expectativas otimistas de receita futura, sem lastro orçamentário presente e sem considerar o impacto nos limites de endividamento e nas metas de resultado fiscal, é uma prática fiscal irresponsável e expressamente contrária aos preceitos da LRF. A lei exige que a expansão de despesa obrigatória de

caráter continuado e a contratação de dívida sejam acompanhadas de demonstrações de sua sustentabilidade fiscal.\* /

||D|| - Incorreta. O limite máximo de endividamento estabelecido pela LRF (e resoluções do Senado) é um teto, não uma meta a ser atingida. Uma gestão fiscal prudente exige que o município avalie continuamente sua capacidade de serviço da dívida (pagamento de juros e amortizações) e o impacto de novas contratações de crédito sobre essa capacidade e sobre o fluxo de caixa futuro. Endividar-se até o limite sem essa análise pode levar a dificuldades financeiras futuras, comprometendo a capacidade de investimento e de prestação de serviços públicos. A LRF incentiva a gestão ativa da dívida e a avaliação contínua da sustentabilidade fiscal.\* /

||E|| - Incorreta. A LRF preconiza a transparência e a participação social na gestão fiscal. O planejamento e a execução orçamentária, inclusive a decisão sobre grandes investimentos, devem ser transparentes, com ampla divulgação de informações e mecanismos de participação social (audiências públicas na elaboração do PPA, LDO e LOA). Sacrificar a transparência e a participação pela “agilidade” é contrário aos princípios da LRF e da boa governança, minando a confiança pública e aumentando o risco de desvios e má alocação de recursos.\* /

### ▼ Questão 62

O gestor de finanças de um município precisa melhorar a eficiência na arrecadação das receitas públicas para cumprir as metas de resultado fiscal estabelecidas pela LRF. Ele deve priorizar ações práticas nos estágios da receita pública, alinhadas com o contexto de restrição fiscal.

A partir da situação hipotética precedente, é correto afirmar que a ação correta a ser implementada é a de

- A priorizar apenas a inscrição dos créditos tributários em dívida ativa, sem incluir estratégias de cobrança antecipada ou preventiva.
- B concentrar-se na arrecadação imediata dos créditos tributários em aberto, utilizando meios coercitivos sem mediação com contribuintes.
- C integrar sistemas para acompanhar a evolução e o controle dos estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento das receitas, permitindo ajustes contínuos, informados na gestão tributária.
- D focar exclusivamente no aumento das alíquotas de tributos municipais frente à capacidade contributiva, sem implementar melhorias na gestão dos estágios da receita.
- E realizar apenas ajustes nas fases de previsão e arrecadação, desconsiderando o impacto do lançamento correto nos registros fiscais municipais.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Priorizar apenas a inscrição em dívida ativa (um estágio posterior à arrecadação e recolhimento) retarda significativamente a recuperação dos créditos e aumenta o risco de inadimplência e prescrição. Estratégias proativas nos estágios de lançamento e arrecadação, como notificações de débitos, facilitação de canais de pagamento (digitais, parcelamento incentivado) e fiscalização eficaz, são fundamentais para aumentar a recuperação da receita corrente e evitar a acumulação de dívidas incobráveis. A dívida ativa deve ser um último recurso, não a estratégia principal.\* /

||B|| - Incorreta. Embora a cobrança coercitiva (judicial ou administrativa) seja um instrumento legal para a recuperação de créditos, concentrar-se exclusivamente nela, sem antes esgotar as vias administrativas e de mediação, é ineficiente e custoso. A mediação, negociação de parcelamentos e programas de recuperação fiscal são práticas essenciais que permitem a recuperação de créditos com menor custo operacional e evitam

litígios longos, onerosos e de resultado incerto, além de manter um relacionamento mais construtivo com o contribuinte.\*/

||C|| - Correta. A gestão eficaz da receita pública depende da visibilidade e do controle sobre todos os seus estágios. A integração de sistemas (como cadastro imobiliário/mobiliário, sistemas de lançamento tributário, sistemas de arrecadação bancária e sistemas contábeis) permite rastrear cada crédito desde a sua constituição (lançamento) até seu ingresso efetivo nos cofres públicos (recolhimento). Isso possibilita análises precisas sobre a performance da receita (previsão vs. realização), identificação de gargalos na cobrança, otimização de processos (ex.: automatizar emissão de guias, notificações) e realização de ajustes estratégicos na política fiscal e nos procedimentos de cobrança com base em dados concretos. A transparência e a eficiência aumentam significativamente.\*/

||D|| - Incorreta. Aumentar alíquotas (política fiscal) é uma medida que deve ser considerada com cautela, avaliando-se o impacto na capacidade contributiva da população e no ambiente econômico local. Focar exclusivamente nisso, sem melhorar a gestão dos estágios da receita (administração tributária), pode ser contraproducente. Uma gestão ineficiente no lançamento (cadastros desatualizados), na arrecadação (canais de pagamento limitados) ou na cobrança (baixa efetividade na dívida ativa) significa que mesmo com alíquotas mais altas, uma parcela significativa da receita potencial não será realizada. Melhorar os processos internos de gestão da receita é frequentemente mais sustentável e menos impactante politicamente e economicamente.\*/

||E|| - Incorreta. Todos os estágios da receita pública são interdependentes. O lançamento é o ato administrativo que constitui o crédito tributário, tornando-o formalmente exigível. Um lançamento incorreto (base de cálculo errada, cadastro desatualizado, erro na aplicação da legislação) compromete a previsão (superestimando ou subestimando o potencial), dificulta a arrecadação (contestação pelo contribuinte) e inviabiliza a cobrança (crédito nulo ou inexigível). Ignorar a precisão e a completude do lançamento compromete a integridade de todo o ciclo da receita e a confiabilidade dos dados fiscais.\*/

### Questão 63

Suponha que, em um esforço para otimizar o processo de execução da despesa pública diante de limitações orçamentárias, o gestor necessite aprimorar os mecanismos de controle dos estágios da despesa. Nesse caso, o gestor deverá

- A priorizar a fase de pagamento em detrimento das fases de empenho e liquidação, para garantir eficiência no fluxo de caixa da unidade gestora.
- B implementar controle rigoroso na fase de liquidação para assegurar o cumprimento dos direitos adquiridos pelos credores, mesmo sem validação detalhada dos serviços prestados.
- C efetuar pagamento antecipado em casos de urgência comprovada, independentemente do estágio de empenho ou liquidação, para garantir a continuidade dos serviços públicos.
- D utilizar sistemas de auditoria interna para garantir que todos os estágios — empenho, liquidação e pagamento — sejam documentados, revisados e corrigidos continuamente para maximizar a transparência e a eficiência na execução da despesa.

E sustentar as despesas somente nos restos a pagar, negligenciando o controle sobre o cancelamento de empenhos não processados do exercício anterior.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A eficiência na execução da despesa não reside em priorizar o pagamento, mas sim em garantir que todas as fases — empenho, liquidação e pagamento — sejam executadas de forma rigorosa, sequencial e integrada. O empenho reserva o recurso orçamentário, a liquidação verifica o direito do credor com base na entrega do bem ou serviço e o pagamento efetua a transferência financeira. Ignorar ou acelerar indevidamente as fases de empenho e liquidação para “garantir o fluxo de caixa” no pagamento pode levar a pagamentos indevidos, falta de controle sobre o que está sendo pago e descumprimento das normas legais e contratuais. A gestão do fluxo de caixa deve ser feita com base na previsão e controle de todas as fases.\*/

||B|| - Incorreta. A fase de liquidação é precisamente o momento de verificar o cumprimento das obrigações contratuais pelo credor. Um controle rigoroso nesta fase significa não apenas assegurar o direito do credor, mas principalmente garantir que este direito foi adquirido de fato, mediante a entrega do bem ou a prestação do serviço conforme especificado no contrato ou empenho, e que a documentação fiscal e contratual está completa e correta. Validar detalhadamente o que foi entregue é essencial para a correta aplicação dos recursos públicos, evitar pagamentos por serviços não prestados ou bens não entregues, e prevenir irregularidades e fraudes.\*/

||C|| - Incorreta. Pagamentos antecipados são exceções estritamente regulamentadas e, mesmo em casos de urgência comprovada, geralmente exigem a formalização prévia do empenho. Efetuar pagamentos sem passar pelos estágios de empenho (que garante a dotação orçamentária) e, principalmente, liquidação (que verifica a entrega/o serviço) viola princípios básicos de controle e legalidade da despesa pública, podendo configurar irregularidade grave. A continuidade dos serviços públicos deve ser assegurada por meio de planejamento adequado e execução tempestiva dos estágios regulares da despesa, e não pela burla dos controles essenciais.\*/

||D|| - Correta. Uma abordagem estratégica para a gestão da despesa envolve controles internos robustos e auditoria contínua em todos os estágios. Sistemas integrados de gestão financeira (como o SIAFI a nível federal) e auditorias internas sistemáticas permitem rastrear cada despesa desde a sua autorização (empenho), passando pela verificação da entrega (liquidação), até a efetiva saída do recurso (pagamento). Isso garante a conformidade legal, a aderência ao orçamento, a prevenção e a detecção de erros ou fraudes, a correta classificação contábil e orçamentária da despesa, e a transparência do processo. A revisão contínua permite identificar ineficiências, gargalos e oportunidades de melhoria nos fluxos de trabalho, otimizando a aplicação dos recursos públicos e aumentando a accountability.\*/

||E|| - Incorreta. A gestão de restos a pagar (RAP) é crucial, mas deve ser feita de forma rigorosa. Sustentar despesas somente em RAP, sem um controle efetivo sobre o que está inscrito (RAP processados – liquidados, e RAP não processados – apenas empenhados) e sem avaliar a necessidade e legalidade da manutenção dos RAP não processados, pode levar a um passivo fiscal crescente e irreal. O cancelamento de empenhos inscritos em RAP não processados que perderam a validade ou a necessidade é uma prática essencial de gestão fiscal para limpar o

passivo, evitar a falsa percepção de compromissos futuros e liberar dotação orçamentária para o exercício corrente, quando aplicável.\*/

#### **Questão 64**

Considere que um novo gestor em um órgão federal deva utilizar termos de execução descentralizada para cooperar com outros entes da federação na implementação de políticas públicas. Nessa situação, de acordo com a legislação vigente, a postura do gestor deverá ser a de

- A priorizar a formalização de convênios sem realizar avaliações prévias sobre o impacto direto e indireto nos desdobramentos da política pública em questão.
- B delegar a execução dos termos de cooperação sem estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação sistemática dos resultados.
- C estabelecer termos de execução descentralizada somente com entes que já tenham experiência consolidada, desconsiderando novas parcerias que poderiam trazer inovação, devido a riscos potenciais.
- D formalizar termos com base exclusivamente em relações de alinhamento político dos entes, sem considerar a capacidade técnica e operacional dos parceiros.
- E adotar uma abordagem integrada que inclua avaliações de desempenho contínuas, revisões de impacto e relatórios periódicos para garantir a transparência e a eficácia na utilização dos termos de execução descentralizada.

#### **||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Incorreta. A formalização de convênios ou termos de execução descentralizada (TED) sem uma análise prévia de viabilidade, custo-benefício e impacto esperado é uma prática de risco. É essencial avaliar se o instrumento é o mais adequado para atingir os objetivos da política pública, se o parceiro (ente federado, organização da sociedade civil, etc.) possui a capacidade técnica e gerencial para executar o objeto, e quais os resultados diretos e indiretos esperados (sociais, econômicos, ambientais). A falta dessa avaliação pode levar à seleção de parceiros inadequados, ao desperdício de recursos e à não consecução dos objetivos da política pública.\*/

||B|| - Incorreta. A delegação da execução por meio de convênios ou TED não exime o órgão concedente da responsabilidade de monitorar e avaliar a aplicação dos recursos e o alcance dos resultados. A ausência de mecanismos de acompanhamento (relatórios de execução física e financeira, visitas técnicas, prestação de contas) e avaliação (comparação entre resultados esperados e alcançados, análise de indicadores de desempenho) compromete a accountability, dificulta a identificação e correção de problemas durante a execução e impede a verificação do efetivo retorno para a sociedade. Plataformas eletrônicas de gestão de convênios são ferramentas essenciais para esse monitoramento.\*/

||C|| - Incorreta. Embora a experiência prévia seja um fator importante na avaliação da capacidade de um parceiro, restringir as parcerias apenas a entes com histórico consolidado pode limitar a inovação e a capilaridade das políticas públicas. Novas parcerias, inclusive com entes menores ou organizações com abordagens inovadoras, podem ser muito eficazes se a análise de risco for bem feita e houver mecanismos de capacitação e

acompanhamento adequados. Uma gestão estratégica busca equilibrar a segurança de parceiros experientes com o potencial de inovação e alcance de novos atores.\*/

||D|| - Incorreta. A escolha de parceiros para a execução descentralizada deve ser baseada primordialmente na sua capacidade técnica, gerencial e operacional para executar o objeto do convênio ou TED, bem como na sua aderência aos objetivos da política pública. Formalizar parcerias com base exclusivamente em critérios políticos, sem a devida diligência quanto à capacidade de execução, é uma das principais causas de ineficiência, irregularidades e fracasso na implementação de políticas públicas, além de configurar potencial desvio de finalidade e improbidade administrativa.\*/

||E|| - Correta. Uma gestão estratégica de convênios e TEDs exige um ciclo contínuo de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas. Isso se traduz em: 1) definição clara de objetivos, metas e indicadores de desempenho no plano de trabalho; 2) acompanhamento sistemático da execução física e financeira através de relatórios periódicos e visitas técnicas; 3) avaliação de desempenho para verificar o alcance das metas e a qualidade das entregas; 4) revisões de impacto para entender os efeitos da ação no público-alvo e na política pública; e 5) prestação de contas transparente e acessível. Essa abordagem integrada, muitas vezes suportada por sistemas como a Plataforma Mais Brasil, promove a boa governança, a otimização dos recursos, a identificação de boas práticas e a correção de rumos, assegurando que a descentralização da execução resulte em entregas efetivas e alinhadas com os objetivos estratégicos do governo.\*/

#### **Questão 65**

De acordo com J. S. Dutra, a gestão de pessoas pode ser definida como um conjunto de políticas e práticas que permite a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas, a fim de que ambas possam realizar tais expectativas ao longo do tempo. Com base na definição de Dutra, é correto afirmar que as políticas que integram a gestão de pessoas nas organizações referem-se a

- A princípios e diretrizes que balizam decisões e comportamentos da organização, bem como das pessoas em sua relação com a organização.
- B procedimentos, métodos e técnicas utilizados para a implementação de decisões na organização.
- C princípios e diretrizes que norteiam as ações no âmbito da organização e em sua relação com o ambiente externo.
- D procedimentos, métodos e técnicas utilizados pelas pessoas para a completa entrega de seu potencial na organização.
- E princípios e diretrizes que permitem a priorização de expectativas da organização em detrimento das expectativas das pessoas.

#### **||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - Correta. A opção traz a definição correta de políticas no contexto da gestão de pessoas, segundo Dutra. \*/

||B|| - Incorreta. A opção traz parte da definição de práticas no contexto da gestão de pessoas, segundo Dutra. \*/

||C|| - Incorreta. A opção traz parte da definição de práticas no contexto da gestão de pessoas, segundo Dutra. \*/

||D|| - Incorreta. A opção traz aspectos do suporte organizacional oferecido pela organização para que as pessoas possam realizar o seu trabalho, segundo Dutra. \*/

||E|| - Incorreta. A opção aborda a primazia que as expectativas da organização têm sobre as expectativas das pessoas, o que é errado em termos da definição de gestão de pessoas apresentada por Dutra.\*/

### Questão 66

Os princípios da administração científica de Frederick A. Taylor, bem como os princípios da administração geral e industrial de Henry Fayol, influenciaram fortemente a evolução da gestão de pessoas no Brasil. Considerando-se essa influência, é correto afirmar que foram fortemente influenciadas pelos pensamentos taylorista e fayolista as fases

- A técnico e administrativa da gestão de pessoas.
- B contábil e legal da gestão de pessoas.
- C administrativa e estratégica da gestão de pessoas.
- D técnico e contábil da gestão de pessoas.
- E técnico e estratégica da gestão de pessoas.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A fase técnico representou uma preocupação maior com as pessoas a partir da operacionalização dos serviços de recursos humanos, enquanto a fase administrativa enfatizou mais os aspectos humanistas da gestão de pessoas.\*/

||B|| - Correta. Na fase contábil, a gestão de pessoas preocupou-se com os custos da organização; na fase legal, a gestão de pessoas passou a ser exercida com foco no controle baseado nas regras e normas jurídicas. Nessas duas fases, é possível observar forte influência dos pensamentos taylorista e fayolista.\*/

||C|| - Incorreta. A fase administrativa enfatizou mais os aspectos humanistas da gestão de pessoas.\*/

||D|| - Incorreta. A fase técnico representou uma preocupação maior com as pessoas a partir da operacionalização dos serviços de recursos humanos.\*/

||E|| - Incorreta. A fase técnico representou uma preocupação maior com as pessoas a partir da operacionalização dos serviços de recursos humanos, enquanto a fase estratégica enfatizou mais os aspectos da visão de longo prazo e da contribuição da gestão de pessoas para a estratégia organizacional.\*/

### Questão 67

O modelo contingencial de Fiedler estabelece que a liderança depende de dois fatores inter-relacionados: o grau com que a situação fornece ao líder controle e influência, e a motivação básica do líder. Conforme o referido modelo, a liderança motivada pela tarefa é resultante de

- A boa relação líder-membro, baixa estrutura da tarefa e fraco poder de posição.
- B fraca relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.
- C boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.
- D boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e fraco poder de posição.
- E fraca relação líder-membro, baixa estrutura da tarefa e forte poder de posição.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A liderança motivada pela tarefa resulta das combinações de boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.\*/

||B|| - Incorreta. A liderança motivada pela tarefa resulta das combinações de boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.\*/

||C|| - Correta. A liderança motivada pela tarefa resulta das combinações de boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.\*/

||D|| - Incorreta. A liderança motivada pela tarefa resulta das combinações de boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.\*/

||E|| - Incorreta. A liderança motivada pela tarefa resulta das combinações de boa relação líder-membro, alta estrutura da tarefa e forte poder de posição.\*/

### Questão 68

A motivação, segundo a teoria da expectativa de Victor Vroom, se resume à decisão relativa ao esforço que se deve empreender em determinada situação específica de tarefa. Com base nessa teoria, é correto afirmar que os fatores que influenciam as percepções de expectativa de um funcionário são

- A autoeficácia; informações necessárias para completar a tarefa; e resultado contingente ao desempenho.
- B ajuda recebida dos outros; bons materiais e equipamentos de trabalho; e valência positiva dos resultados.
- C autoeficácia; valência positiva dos resultados; e resultado contingente ao desempenho.
- D autoestima; sucesso prévio na tarefa; e ajuda recebida dos outros.
- E bons materiais e equipamentos de trabalho; resultado contingente ao desempenho; e valor positivo dos resultados.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O resultado contingente ao desempenho refere-se à instrumentalidade, segundo a teoria da expectativa de Victor Vroom.\*/

||B|| - Incorreta. Valência positiva do resultado refere-se à valência, segundo a teoria da expectativa de Victor Vroom.\*/

||C|| - Incorreta. O resultado contingente ao desempenho refere-se à instrumentalidade, segundo a teoria da expectativa de Victor Vroom.\*/

||D|| - Correta. A opção descreve três dos cinco fatores que influenciam a percepção da expectativa de uma pessoa no trabalho, segundo a teoria da expectativa de Victor Vroom.\*/

||E|| - Incorreta. O resultado contingente ao desempenho refere-se à instrumentalidade, bem como valência positiva do resultado refere-se à valência, segundo a teoria da expectativa de Victor Vroom.\*/

### Questão 69

Considere que, em uma situação de conflito no trabalho, as partes interessadas tenham confrontado a questão e identificado cooperativamente o problema, ponderando soluções alternativas e selecionando, juntas, uma solução viável. Nesse caso, o estilo de gerenciamento de conflito adotado foi o de

- A acatar.
- B dominar.
- C evitar.
- D acordar.
- E integrar.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O estilo acatar implica na renúncia ou negligência dos interesses de uma parte interessada em prol dos interesses da outra parte.\*/

||B|| - Incorreta. O estilo dominar é um tipo de gerenciamento de conflito em que um necessariamente vence e o outro perde, revelando a alta preocupação da pessoa dominante consigo mesma e a sua baixa preocupação com o outro.\*/

||C|| - Incorreta. O estilo evitar envolve a retirada passiva do problema e a suspensão ativa da questão conflituosa.\*/

||D|| - Incorreta. O estilo acordar é uma abordagem em que as partes interessadas cedem em alguns aspectos, mas não em outros, envolvendo preocupação moderada das pessoas consigo mesmas e com o outro. \_

||E|| - Correta. O estilo integrar envolve a solução conjunta de problemas a partir da atuação colaborativa das partes interessadas, tal como descrito no comando. \*/

### Questão 70

No âmbito das organizações, a avaliação de desempenho é orientada ao desenvolvimento quando visa

- A reconhecer o desempenho individual dos funcionários.
- B subsidiar decisões sobre progressões e promoções.
- C validar critérios de seleção de candidatos.
- D avaliar programas de treinamento.
- E subsidiar decisões sobre movimentações no trabalho.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Fornecer o *feedback* sobre o desempenho e reconhecer as contribuições individuais são exemplos de finalidades da avaliação de desempenho orientada para o desenvolvimento das pessoas nas organizações.\*/

||B|| - Incorreta. O objetivo descrito é característico da avaliação de desempenho orientada a finalidades administrativas, uma vez que fornece insumo para as decisões e serviços de gestão de pessoas.\*/

||C|| - Incorreta. O objetivo descrito é característico da avaliação de desempenho orientada a finalidades administrativas, uma vez que fornece insumo para as decisões e serviços de gestão de pessoas.\*/

||D|| - Incorreta. O objetivo descrito é característico da avaliação de desempenho orientada a finalidades administrativas, uma vez que fornece insumo para as decisões e serviços de gestão de pessoas.\*/

||E|| - Incorreta. O objetivo descrito é característico da avaliação de desempenho orientada a finalidades administrativa, uma vez que fornece insumo para as decisões e serviços de gestão de pessoas.\*/